

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**O Impacto da Mudança de Líder e da Coligação Dominante sobre
a Orientação Ideológica dos Partidos Políticos**

João André de Almeida Ruela Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientador:

Doutor Marco Lisi

Professor Auxiliar

FCSH-Universidade Nova de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Ana Maria Belchior

Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2013

*“Pode-se privar um exército do seu
comandante-em-chefe; não se pode privar o mais
humilde dos homens do seu livre-arbítrio”*

Confúcio (2010: 74), *Analectos*

Agradecimentos

As primeiras palavras terão de ir, forçosamente, para os orientadores deste trabalho, pois sem eles esta ideia nunca passaria disso mesmo. Ao Professor Doutor Marco Lisi, pelo seu interesse no tema e pela paciência sem limites que foi demonstrando ao longo destes meses. Uma reunião com ele significava, quase sempre, um avanço ímpar para o trabalho. À Professora Doutora Ana Maria Belchior que, com todo o empenho, veio em auxílio desta dissertação quando foi urgente e, nem por um segundo, baixou os braços para que visse a luz do dia.

Quero ainda agradecer àqueles que me estão mais próximos, colegas e amigos, que sempre mostraram muito interesse pelos progressos do trabalho e constituíram um estímulo para que continuasse.

Agradeço à minha família pela paciência inesgotável e pelo constante apoio incondicional.

A ti, Inês, por tudo de bom que representas e por me desafiares a desafiar-me.

Resumo e Palavras-chave

Resumo

Este trabalho pretende inferir acerca do impacto que a mudança de líder e a mudança da estrutura da coligação dominante sobre a orientação ideológica dos partidos políticos espanhóis, portugueses, alemães e britânicos, sob perspectiva comparada, durante o período 1975-2011.

A compreensão do funcionamento dos partidos políticos tem de ter em conta as suas dinâmicas internas, sob pena de se ficar apenas com um retrato parcial da sua realidade. Partindo dos principais contributos teóricos para o estudo da mudança nos partidos políticos europeus, esta pesquisa tem o objectivo de testar, tanto de um ponto de vista quantitativo como qualitativo, a forma como as dinâmicas internas dos partidos políticos podem influenciar o seu rumo ideológico.

A investigação acerca da vida interna dos partidos é um campo ainda pouco explorado pela disciplina e, com este trabalho, pretendemos abrir alguns caminhos de investigação, através das tendências detectadas num conjunto de casos.

Palavras-chave: Partidos políticos, Sistemas Partidários, Líder, Coligação Dominante, Facciosismo

Abstract

This paper aims to address the impact that leadership change and dominant coalition change have upon the ideological orientation of political parties in Spain, Portugal, Germany and the United Kingdom for the period between 1975 and 2011.

The political parties' research must take into account its own internal dynamics, otherwise only a fraction of the reality can be explained. By departing from the main theoretical approaches concerning European parties' change, this research has the purpose to verify, both from a qualitative point of view as a quantitative one, the way which political parties' internal dynamics can induce ideological change.

Research about the internal life of political parties still is an unexplored field and, with this work, we hope to open new paths of investigation through the trends observed in a set of cases.

Keywords: Political parties, Party Systems, Leader, Dominant Coalition, Factionalism

Índice Geral

Índice de Quadros.....	vii
Índice de Gráficos.....	viii
INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS.....	1
I. A MUDANÇA DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	2
1.1. Mudança ideológica.....	2
1.2. Mudança organizacional.....	4
II. A COLIGAÇÃO DOMINANTE, A MUDANÇA DE LÍDER E A ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS.....	6
2.1. Coligação dominante.....	6
2.2. Liderança partidária.....	9
2.3. Orientação ideológica.....	11
III. NOTAS METODOLÓGICAS.....	13
3.1. Modelo de análise.....	13
3.2. Operacionalização.....	14
3.2.1. Orientação ideológica.....	14
3.2.2. Mudança de líder.....	17
3.2.3. Mudança da coligação dominante.....	17
3.2.4. Factores externos.....	18
3.3. Hipóteses.....	19
3.4. Selecção dos casos.....	20
3.5. Variáveis sistémicas.....	22
IV. ANÁLISE DO IMPACTO DA MUDANÇA DE LÍDER E DA COLIGAÇÃO DOMINANTE SOBRE A VARIAÇÃO IDEOLÓGICA.....	27
4.1. Análise descritiva.....	28
4.2. Análise quantitativa.....	30
4.3. Análise mista.....	32

NOTAS CONCLUSIVAS.....	37
BIBLIOGRAFIA.....	38
ANEXOS.....	I
Anexo A - Análise de literatura secundária sobre o facciosismo interno dos partidos espanhóis e portugueses.....	I
Anexo B – Bases de dados para análise quantitativa.....	IX
CURRICULUM VITAE.....	XII

Índice de Quadros

Capítulo 3

Quadro 3.1. – Partidos em análise.....	22
Quadro 3.2. - Resumo dos efeitos esperados das variáveis sistémicas sobre a mudança ideológica.....	25
Quadro 3.3. - Diferenças e semelhanças entre os casos seleccionados.....	27

Capítulo 4

Quadro 4.1. - Correlações entre variação ideológica e mudança de líder/número efectivo de facções.....	31
Quadro 4.2. - Relações entre variação ideológica, mudança de líder e da coligação dominante.....	33
Quadro 4.3. - Nível de facciosismo nos partidos portugueses e espanhóis.....	34

Índice de Gráficos

Capítulo 4

Gráfico 4.1. - Evolução ideológica dos partidos portugueses e mudanças de líder.....	28
Gráfico 4.2. - Evolução ideológica dos partidos espanhóis e mudanças de líder.....	29
Gráfico 4.3. - Evolução ideológica dos partidos alemães e mudanças de líder.....	29
Gráfico 4.4. - Evolução ideológica dos partidos britânicos e mudanças de líder.....	30

INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

Os partidos políticos têm sido objecto de grande interesse por parte da Ciência Política, praticamente desde a sua génese como disciplina do saber. Os estudos que envolvem os partidos vão desde a sua relação com a sociedade civil e com o Estado, passando pelo seu papel nos governos e na execução de políticas públicas, culminando na evolução dos sistemas partidários (ver resumo feito por Mair, 1997). Contudo, verifica-se um desequilíbrio na investigação acumulada sobre os partidos, onde há várias lacunas relevantes.

A compreensão das mecânicas internas dos partidos políticos é um dos campos menos desenvolvidos nesta área, sobretudo devido às dificuldades de operacionalização das variáveis envolvidas, o que resulta em “limites severos ao entendimento comparativo da forma precisa de como funcionam as organizações partidárias, da forma como mudam e como se adaptam” (Mair, 1997: 121). Para além do mais, a compreensão das interacções interpartidárias torna-se defeituosa se não se tiver em conta os processos e as tomadas de decisão interna dos partidos (Laver e Shepsle, 1999).

É portanto objectivo primordial deste trabalho contribuir para suprir esta lacuna, através da concentração exclusiva nos factores de ordem interna que explicam a mudança nos partidos. Assim, pretendemos analisar o impacto da mudança de líder e da coligação dominante sobre a orientação ideológica dos partidos políticos, em perspectiva comparada (Espanha, Portugal, Alemanha e Reino Unido) e diacronicamente (1975-2011). São aquelas duas variáveis que são apontadas de forma quase unânime pela literatura como as que melhor explicam a mudança nos partidos, de um ponto de vista endógeno (Harmel e Janda, 1994; Harmel *et al.*, 1995). Os trabalhos destes autores trataram a mudança dos partidos, globalmente falando, mas o nosso objectivo é centrar-nos exclusivamente na mudança ideológica dos partidos. Da mesma forma, a escolha de partidos de Portugal e Espanha vem trazer valor acrescentado ao trabalho, uma vez que esta área do estudo dos partidos se encontra ainda menos desenvolvida nas democracias da terceira vaga. A comparação com partidos de democracias mais consolidadas (Reino Unido e Alemanha) irá permitir-nos verificar se a idade do regime tem algum contributo para a problemática. Em suma, pretendemos comparar o impacto da mudança de líder e da coligação dominante sobre as variações ideológicas dos partidos em Portugal, Espanha, Reino Unido e Alemanha, entre 1975 e 2011.

A nível empírico, pretendemos verificar se a maturação do regime democrático tem algum contributo para a problemática, através da comparação entre o impacto da mudança de líder e da coligação dominante sobre partidos de democracias da terceira vaga (Portugal e Espanha) e de democracias mais consolidadas (Reino Unido e Alemanha). Tentaremos também testar as diferenças entre partidos de diferentes tipos de organização, nomeadamente *catch-all* e

partidos de massas. Finalmente, a influência dos vários tipos de facções internas sobre a variação ideológica será também alvo da nossa análise.

Iremos começar por fazer uma revisão crítica das principais teorias que trataram a vida interna dos partidos, com maior ênfase para aquelas que servem como ponto de partida para o presente estudo. Passaremos, em seguida, para uma especificação dos principais conceitos que sustentam este trabalho e delinearemos algumas hipóteses teóricas que pretendemos testar empiricamente. O passo seguinte está já no campo metodológico, em que vamos começar por descrever o modelo de análise que vamos seguir. Segue-se a operacionalização das variáveis independentes (mudança de líder e da coligação dominante) e da variável dependente (mudança ideológica) e a explicação dos critérios que decidimos privilegiar na selecção dos casos. Terminamos com uma análise dos resultados obtidos, após o tratamento estatístico, e ainda com algumas notas finais.

I. A MUDANÇA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Trataremos, desde já, de descrever as principais correntes teóricas que fornecem explicações para os processos de mudança ocorridos nos partidos políticos. Este trabalho concentra-se nas mudanças ideológicas como variável dependente, uma perspectiva pouco explorada pela literatura tradicional. A maioria dos estudos realizados centra-se no âmbito organizacional, contudo gizaram análises e conclusões que nos vão ser úteis posteriormente para a conceptualização do problema central do impacto da mudança de líder e da coligação dominante sobre a orientação ideológica dos partidos políticos. É sobre estes estudos que se debruçam as secções seguintes.

1.1. Mudança ideológica

Uma das funções clássicas dos partidos é a de estruturar as escolhas dos eleitores (Pennock e Smith, 1964: 337) e as ideologias com as quais cada partido se identifica são decisivas para este processo, havendo mesmo a noção de que são a própria razão de existência dos partidos (Vassallo e Wilcox, 2006: 414). Neste âmbito, duas teorias merecem menção: a teoria das clivagens de Lipset e Rokkan, de 1967, e a teoria da escolha racional de Downs, de 1957.

Datada da década de 1960, a teoria das clivagens (Lipset e Rokkan, 1967) diz-nos que os partidos políticos traduzem os conflitos, ou clivagens, existentes nas sociedades. Segundo esta lógica, é em torno das divisões de classe, religiosas, étnicas e regionais, que gira a competição partidária. Mais, os autores defendem que “os sistemas de partidos dos anos 1960 reflectem, com poucas mas significativas exceções, as estruturas de clivagens dos anos 1920”

(1967: 50). Contudo, vários autores vêm, mais recentemente, desdizer esta tese do “congelamento dos sistemas partidários”, merecendo maior relevo os trabalhos de Inglehart (1977, 1990), que vêm, uma década depois, sugerir a emergência de valores pós-materialistas definidores de novos eixos de competição política. A análise empírica dos sistemas partidários europeus do pós-guerra reflecte uma persistência significativa do impacto das clivagens industriais, como a luta de classes, mas estas convivem com um aumento da importância dos valores pós-materialistas (Knutsen, 1988; Stoll, 2011). No entanto, não se prevê que a acentuação das clivagens pós-industriais seja acompanhada por uma diminuição da relevância político-partidária das clivagens tradicionais.

Igualmente focada no funcionamento interno dos partidos, a teoria downesiana da escolha racional (Downs, 1957) parte da premissa de que os partidos se comportam de forma a maximizar a obtenção de votos. Sendo o comportamento dos partidos regido unicamente por este objectivo, a identificação ideológica parece ser contraproducente para a prossecução dessa finalidade, uma vez que há a probabilidade de se alienar o eleitorado que não se revê nos programas propostos. Contudo, a incerteza que ronda o posicionamento do eleitorado no espectro ideológico, e o próprio facto de diferentes camadas do eleitorado terem diferentes preferências, obriga os actores políticos a adoptarem estratégias de diferenciação e simplificação perante os eleitores, isto é, a identificação ideológica.

Downs aponta a “imobilidade ideológica” (1957: 110-111) como uma característica típica dos partidos políticos responsáveis. Isto acontece porque os partidos “não podem repudiar as acções passadas a não ser que uma mudança nas condições o justifique” (Downs, 1957: 110). Apesar de o objectivo primordial continuar a ser a obtenção da maioria dos votos, um partido não pode simplesmente modificar radicalmente as suas posições ideológicas, mesmo que a sua posição no espectro esquerda-direita esteja altamente desfasada daquilo que seria desejável eleitoralmente. Esta característica não deixa, todavia, de ser racional, pois um partido que enveredasse por uma mudança ideológica manifestamente exagerada em relação ao seu comportamento anterior tornaria o voto racional impossível, algo punível pelos eleitores.

Não são, contudo, apenas factores de ordem eleitoral que dão azo à imobilidade ideológica. Downs refere as imobilidades institucionais relacionadas com a organização partidária, mais propriamente a liderança: “Porque os homens individualmente ficam identificados com certas políticas, é frequentemente necessário que um partido mude a sua liderança antes de mudar o seu programa” (Downs, 1957: 111).

1.2. Mudança organizacional

É sobretudo sobre a perspectiva organizacional¹ que recai a maioria dos trabalhos sobre a mudança dos partidos políticos (Appleton e Ward, 1997; Duverger, 1951; Katz e Mair, 1994; Kirchheimer, 1966; Michels, 2001 [1911]; Panebianco, 1988; Schlesinger, 1984). Ao longo do estudo das mudanças nos partidos foram dadas três respostas distintas, no que respeita à origem das mudanças (Harmel, 2002): uma que evidencia a existência de um “ciclo de vida” dos partidos; uma segunda que realça as “tendências sistémicas” que levam à mudança; e, finalmente, uma perspectiva que combina estímulos discretos de natureza ambiental e factores de mudança interna.

O trabalho de Michels (2001 [1911]) deu origem à abordagem do “ciclo de vida” dos partidos que entendia que “qualquer partido que não fosse já oligárquico à nascença (como teria sido o caso dos partidos tradicionais de elite) iria eventualmente sucumbir a uma estrutura centralizada e a tendências geralmente oligárquicas” (Harmel, 2002: 121). A fonte da mudança nos partidos é endógena, uma vez que se deve sobretudo “a mudanças na organização interna do poder” (Panebianco, citado por Harmel e Janda, 1994: 263).

Outra linha de autores dá maior ênfase às “tendências sistémicas” (Duverger, 1994 [1951]; Kirchheimer, 1965; Katz e Mair, 1997). Os estímulos externos – sejam a base sociológica de apoio dos partidos, a competição eleitoral, ou a disponibilidade dos recursos – são os factores decisivos que levam à mudança dos partidos. É de acordo com esta tradição que se prevê um “contágio pela esquerda” (Duverger, 1994 [1951]), através do qual os partidos evoluíam num sentido convergente único para uma estrutura organizacional considerada óptima: o partido de massas. Epstein defendia uma tese semelhante, mas cujo ponto de discórdia era a evidência de um “contágio pela direita” (Ware, 1996: 97), tendo como base o modelo organizacional do Partido Republicano norte-americano.

As teses sistémicas foram criticadas pelo seu determinismo (Deschouwer, 1992). O ambiente não modela automaticamente os partidos, tendo que haver uma intermediação por parte dos actores internos, líderes, por exemplo. É a percepção da necessidade de mudança que leva à decisão de mudar. Por outro lado, os próprios partidos podem operar mudanças no contexto em que estão inseridos, havendo não uma influência directa do ambiente sobre os

¹ Sobre o papel dos líderes e dos militantes de nível intermédio ver também (May, 1973). Apesar de o trabalho de May sobre a lei da disparidade curvilínea ser bastante relevante para qualquer estudo sobre a vida interna dos partidos políticos, o nosso estudo adopta um ângulo diverso, pelo que deixamos apenas esta referência. Cf. também Belchior e Freire, 2011.

partidos mas sim uma interação, processos que levam à mudança e à adaptação (Deschouwer, 1992).

A terceira abordagem aparece como uma síntese das anteriores, defendendo que as mudanças organizacionais dos partidos têm origem em mudanças discretas ocorridas no sistema e/ou nas circunstâncias internas (Harmel, 2002: 125). A teoria integrada de Harmel e Janda (Harmel *et al*, 1995), suportada por testes empíricos da “teoria da performance” (Janda, 1990) em partidos da Alemanha e do Reino Unido, vem precisamente comprovar que os choques externos (resultados eleitorais) são insuficientes, por si só, para explicar satisfatoriamente as mudanças organizacionais² observadas nos partidos políticos. Factores de natureza interna – a mudança de líder e a estrutura da coligação dominante – devem entrar na equação que determina as mudanças nos partidos. Iremos retomar a teoria integrada aplicada ao problema a que nos propusemos estudar. Outros trabalhos seguiram a mesma lógica de encaixar estímulos ambientais e endógenos num modelo explicativo para a mudança dos partidos políticos (Appleton e Ward, 1997; Budge, Ezrow e McDonald, 2010).

Kitschelt, no seu estudo sobre a social-democracia europeia, realça sobretudo os aspectos relativos à dinâmica interna dos partidos políticos para as mudanças na estratégia aplicada. Segundo o autor, há dois factores explicativos para a maior ou menor flexibilidade estratégica dos partidos: o “entrincheiramento” dos militantes (noção semelhante à de institucionalização de Panebianco) e o grau de autonomia da liderança. Em relação a este último ponto, verifica-se que partidos cujas lideranças estejam sujeitas a um alto nível de *accountability*, ou seja, com baixa autonomia, haverá maiores entraves à mudança (Kitschelt, 1994: 212).

Abordámos as principais correntes teóricas sobre o funcionamento interno dos partidos sob dois prismas: ideológico e organizacional. A teoria das clivagens diz-nos que os partidos políticos traduzem os principais conflitos radicados numa sociedade. Estas teses foram, posteriormente, revistas pelos teóricos do pós-materialismo, que vêm argumentar que nas sociedades industriais emerge um novo eixo de conflito, ancorado em valores diferentes daqueles que originaram os sistemas partidários do pós-guerra. Por outro lado, a teoria da escolha racional prescreve uma lógica, por parte dos partidos, de maximização do voto, em que a ideologia serve como “atalho” para os eleitores. Do ponto de vista organizacional, elencámos as três perspectivas explicativas das mudanças nos partidos: a “teoria do ciclo da vida”, a “teoria sistémica” e a “teoria integrada”.

² O âmbito da mudança dos partidos da teoria integrada inclui, para além de aspectos organizacionais dos partidos, mudanças ao nível dos programas eleitorais.

II. A COLIGAÇÃO DOMINANTE, A MUDANÇA DE LÍDER E A ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS

Passamos agora a aprofundar os conceitos que iremos passar a mobilizar mais frequentemente no desenvolvimento deste trabalho. São eles a coligação dominante, a mudança de líder e a variação ideológica dos partidos políticos. Propomo-nos focar no impacto dos processos de distribuição interna do poder nos partidos políticos – isto é, a mudança de líder e a estrutura da coligação dominante – sobre a sua orientação ideológica. Para tal, baseando-nos nos postulados da teoria da mudança nos partidos de Harmel e Janda, a nossa atenção irá recair exclusivamente sobre a mudança de líder e a estrutura da coligação dominante, variáveis que consideramos potencialmente explicativas da mudança ideológica dos partidos políticos.

Começamos pelas definições de coligação dominante e do conceito de facção, também ele importante neste contexto, e, por fim, interligamos ambas as temáticas. Segue-se o aprofundamento daquilo que entendemos como mudança de líder, importando sobretudo distinguir entre os líderes aparentes e os líderes reais. O último conceito que pretendemos clarificar é a orientação ideológica, num primeiro momento ligada ainda à teoria das clivagens, passando depois para a função dos partidos em plasmar essas mesmas clivagens. Terminamos com uma breve descrição dos principais eixos de competição nos sistemas partidários em estudo. Cabe ainda nesta secção, a enunciação das hipóteses que pretendemos testar empiricamente e que estabelecem relações entre as dimensões que vamos passar a descrever.

2.1. Coligação dominante

Os partidos políticos devem ser encarados como sistemas políticos em miniatura (Mair, 1997), em que diversos actores interagem pela obtenção do poder. Pensando desta forma nos partidos, é útil distinguir que actores são estes e como se organizam. A formulação mais comum é a da divisão dos partidos em círculos internos, diferenciados pelo nível de poder que cabe a cada um. Duverger (1970) refere três círculos de poder³: os líderes, o núcleo duro (*inner core*) e a coligação dominante. Na maior parte dos partidos europeus a liderança corresponde a um cargo pessoal e singular (presidente ou secretário-geral) havendo, contudo, casos específicos de lideranças duais⁴. O núcleo duro é composto pela *entourage* próxima do líder, sendo esta de

³ Numa análise ao Labour britânico, Haffernan e Stanyer verificam a existência de seis círculos internos: a elite nuclear interior, a elite nuclear exterior, a elite periférica, os intermediários do poder exterior, os activistas não-organizados e os militantes de base e simpatizantes (1997: 171). À coligação dominante corresponde *grosso modo* a elite nuclear exterior e, potencialmente, alguns membros da elite periférica.

⁴ Em Portugal, por exemplo, o Bloco de Esquerda adoptou uma liderança bipartida em 2012. Nos Verdes alemães também é esta a prática.

número variável, e estão presentes, na maioria das vezes, os titulares dos órgãos executivos dos partidos.

A coligação dominante está fora do núcleo duro e é caracterizada pelo domínio das chamadas “zonas de incerteza” (Panebianco, 1982) inerentes à organização do partido. São elas, de acordo com Panebianco, a competência do partido em determinadas matérias, a relação com a conjuntura social do país, a comunicação, o controlo sobre as regras formais, o financiamento e o recrutamento. Tendo o controlo sobre estas áreas da organização partidária, a coligação dominante assume o papel de “principal centro de distribuição de incentivos organizativos do partido” (Panebianco, 1982: 91).

Na vida interna dos partidos é comum falar-se em facções e o seu estudo vem já de uma longa tradição iniciada com Hume e Madison. Até recentemente notava-se um certo preconceito no tratamento do facciosismo partidário, o que ainda se verifica no tratamento dado pela generalidade dos *media*, por exemplo. Actualmente, pode falar-se já do estudo sistematizado das facções intrapartidárias sob diversos pontos de vista (Zariski, 1960; Herzog, 1986; McAllister, 1991; Boucek, 2009; Edwards, 2009; referente à realidade do Sul da Europa cf. Gillespie, Waller e López Nieto, 1995). Importa-nos aqui referir o facciosismo para que melhor se compreendam as dinâmicas inerentes à estruturação da coligação dominante, uma vez que esta é composta precisamente por uma ou mais facções (Harmel e Tan, 2003).

Os actores organizacionais podem formar facções internas, caracterizadas por “qualquer combinação, *clique* ou grupo intrapartidário cujos membros partilham um sentido de identidade e objetivos comuns e estão organizados para actuar colectivamente – como um bloco distinto dentro do partido – para alcançar os seus objetivos” (Zariski, 1960: 33). Contudo, há critérios que permitem a identificação de facções, de forma a distingui-las de outros grupúsculos que podem ter origem em simples divergências no seio dos partidos. Importa aqui referir a distinção feita por Sartori, a este propósito, entre facções e “tendências”, estas últimas correspondendo a grupos informais e flexíveis (Lisi, 2009: 50). Contudo, não obstante a falta deste carácter organizativo, as tendências reúnem actores que partilham, pelo menos, alguns comportamentos e atitudes, pelo que “mudanças na tendência dominante (ou no conjunto de tendências semelhantes) (...) podem resultar em mudanças organizacionais ou identitárias no seio do partido” (Harmel e Tan, 2000).

Zariski elenca três critérios identificativos das facções: a percepção da pertença dos actores partidários a determinada facção; a interacção formal e consulta conjunta entre os membros da facção; e, finalmente, a verificação de um período razoável de existência da facção (Zariski, 1960: 36-37). Sendo comuns a qualquer facção os critérios que a determinam, há características que as distinguem, tais como a sua *raison d'être*, isto é, a causa primordial para a

formação da facção. Existem aquelas facções cujos membros estão unidos pela partilha de valores políticos comuns, em divergência com a linha *mainstream* do partido – as facções ideológicas. Por outro lado, a facção pode ser fundada por militantes que têm visões estratégicas diversas, nomeadamente em matéria de coligações, ou de competição eleitoral – as facções estratégicas. Outra motivação para a formação de facções são “as afinidades vinculadas a interesses materiais comuns, a origens comuns ou a funções comuns” (Zariski, 1960: 35), como por exemplo facções que visam representar os interesses de uma dada região – as facções identitárias. Finalmente, uma facção pode assentar em exclusivo num líder ou personalidade do partido, e visa geralmente a obtenção de patronagem e de subsídios – as facções pessoais.

Sem prescindir totalmente da definição avançada por Zariski, a perspetiva de Boucek encara as facções intrapartidárias como um “processo dinâmico” (2009), onde se espera uma interação diferenciada entre elas, e não simplesmente como unidades organizacionais com características pré-determinadas. Desta forma, as facções são o produto desse processo e não podem ser consideradas estanques em qualquer momento, mas sim permeáveis a vários estímulos internos (mudanças de líder, novos regulamentos) e externos (reformas constitucionais, surgimento de novos partidos) que terão impacto sobre os objetivos da facção assim como sobre a sua própria organização institucional (Boucek, 2009: 466-469). A perspetiva dinâmica do facciosismo faz uma aproximação à noção, referida acima, dos partidos como sistemas políticos em miniatura, em que facilmente visualizamos as facções como “subpartidos” que interagem no âmbito de processos de obtenção de poder e influência, à semelhança do que sucede no contexto das interações ao nível dos sistemas partidários.

Este autor fornece ainda uma tipologia tripartida de comportamentos adoptados pelas facções: cooperativas, competitivas ou degenerativas (Boucek, 2009: 469-478). Uma facção cooperativa está associada ao período de formação dos partidos e de mudança de regime e, como o nome indica, assume uma postura de cooperação dentro do partido sem, contudo, prescindir da sua identidade. A facção competitiva tem origem em divergências enraizadas e que se tornam difíceis de integrar na ideologia dos partidos. O seu carácter competitivo pode servir de indicação para o líder partidário de quais as posições aceitáveis para aquela franja de militantes. Boucek alerta para o perigo de degeneração das facções – do qual o exemplo mais gritante é o da implosão interna da Democracia Cristã italiana na década de 1990 – que sucede quando as facções crescem e se tornam numerosas, e sobretudo ambiciosas, num processo de “privatização de incentivos”. A fragmentação e polarização internas tornam difícil a obtenção de consensos no seio do partido, levando-o à inacção.

A compreensão das dinâmicas do facciosismo é decisiva para que se possa investigar o impacto da coligação dominante sobre os partidos políticos, uma vez que são precisamente as

facções que a estabelecem. Assim, a coligação dominante pode consistir “ (1) numa ‘facção dominante’ singular ou (2) numa coligação de facções, e nesse caso a ‘facção dominante’ é aquela componente da coligação que mais frequentemente vence as restantes no âmbito da coligação dominante” (Harmel e Tan, 2003: 411).

A coligação dominante é analisada sob dois prismas: a “conformação” e a “composição”. É Panebianco quem distingue os dois conceitos, sendo que a conformação se refere “à distribuição das relações de poder entre os líderes dos partidos e as facções existentes”, enquanto a composição reporta-se especificamente “às pessoas que ocupam lugares na liderança de topo, na liderança intermédia e na liderança das facções” (Panebianco, citado por Harmel e Janda, 1994: 274).

2.2. Liderança partidária

Uma questão prioritária é a de saber quem é o líder do partido. Pode parecer um problema que peca por ser demasiado ontológico, mas é necessário evidenciar algumas *nuances* referentes a este tópico. Duverger distingue entre os chefes aparentes e os chefes reais dos partidos (1970: 183-188). Os primeiros são aqueles que são eleitos formalmente para liderar o partido, em virtude da afirmação da legitimidade democrática que o partido tem forçosamente de apresentar. Contudo, o verdadeiro exercício do poder vem dos chefes reais, personalidades não eleitas, mas com uma influência determinante sobre o rumo dos partidos. Cabem nesta categoria, os *bosses* norte-americanos, militantes influentes, os grupos de pressão e até a imprensa partidária.

Não é nossa pretensão fazer essa distinção neste trabalho, uma vez que o risco de incorrer em conclusões pouco rigorosas, apoiadas sobretudo em opiniões parciais, é elevado. Iremos considerar como líderes partidários aqueles que são eleitos pelos seus partidos para cargos unipessoais (salvo as devidas excepções já referidas) e que têm o poder de influenciar mais directamente a direcção ideológica que o partido possa tomar⁵.

A influência do líder sobre o partido (seja do ponto de vista organizacional, ideológico ou sobre a selecção dos candidatos) está dependente do grau de autonomia de que dispõe dentro do próprio aparelho. O fenómeno da “presidencialização” da política (Poguntke e Webb, 2005), no que se refere à dimensão partidária, resume-se a uma “mudança no poder intrapartidário em benefício do líder” (2005: 9), o que acontece em função da maior ou menor autonomia concedida ao líder.

⁵ No caso dos Verdes alemães, cuja liderança é bipartida e renova-se obrigatoriamente a cada dois anos, consideramos o líder real aquela personalidade que assume maior carisma e se apresenta como a figura de proa do partido. No caso, iremos considerar que a primeira mudança de líder a subida de Joschka Fischer a líder parlamentar, em 1994. A segunda mudança acontece quando Fischer deixa esse cargo, em Junho de 2006 (<http://www.gruene.de>).

A autonomia do líder deve ser encarada sob duas dimensões, uma mais formal, relacionada directamente com os estatutos dos partidos, e outra de índole mais informal e que incide sobre as relações verticais e horizontais da liderança.

Em primeiro lugar, o conceito de autonomia do líder partidário refere-se a uma concentração de poder nas suas próprias mãos, decorrente sobretudo das características estatutárias de cada partido. Há dois factores relevantes para o grau de autonomia, neste sentido estrito: o modo de eleição do líder e as inerências nos órgãos dirigentes (Lobo, 2003). Quanto mais envolvido na escolha do líder estiverem o congresso ou os militantes, maior será a descentralização do poder e, portanto, o líder ver-se-á com uma autonomia reduzida. Contudo, importa notar que a tendência de adopção do sufrágio directo do líder pelos militantes de base não resulta *per se* numa redução da autonomia da liderança. Pelo contrário, o objectivo é o de conferir maior legitimidade ao líder eleito popularmente, ao mesmo tempo que a eleição funciona como confirmação dos candidatos apoiados pela coligação dominante, que assim ultrapassam a possível oposição dos activistas mais independentes, cuja voz incómoda é diluída no universo da base (Scarrow, Webb e Farrell, 2000). Em relação às inerências, quanto maior for o seu número, maior será a inclusão de diferentes grupos nas esferas decisórias dos partidos.

Se a vertente estatutária é altamente relevante para definir a autonomia do líder, as relações de poder entre o líder e os restantes actores intrapartidários não o são menos. No que respeita às relações horizontais, ou seja, entre o líder e a coligação dominante, a “autonomia manifesta-se sobretudo na capacidade dos líderes para controlarem as ‘facções’ e as manifestações de divergência dentro dos partidos” (Lisi, 2009: 50). Este controlo é exercido através da distribuição de incentivos cuja natureza está dependente da *raison d’être* das facções em questão. O controlo sobre facções pragmáticas é facilitado pela distribuição de incentivos selectivos; já o domínio sobre facções de cariz ideológico é exercido através de incentivos colectivos, mas sem resultados garantidos.

Quando falamos de relações verticais de poder referimo-nos às relações entre liderança e militantes de base. Estes podem constranger a autonomia do líder através da saída ou do protesto generalizado. Mais uma vez, a gestão do conflito passa pela distribuição de incentivos, colectivos e materiais, pela base. Uma das estratégias utilizadas é a já referida eleição directa do líder, mas a inclusão dos militantes, e até apenas simpatizantes, na vida partidária pode apaziguar o descontentamento, ao mesmo tempo que legitima o partido e o aproxima aparentemente da sociedade civil. O aumento da simplicidade de integração de militantes também pode contribuir para um aumento da autonomia do líder, através da entrada de largos números de indivíduos com baixa sofisticação ideológica (Lisi, 2009).

2.3. Orientação ideológica

É aos partidos que cabe o papel de estruturar as clivagens pré-existentes nas sociedades (Lipset e Rokkan, 1967), de forma a apresentarem-se ao eleitorado. É esta função de mobilização, operada pelos partidos políticos, que permite que as clivagens existentes tenham consequências políticas, a partir do momento em que são plasmadas na competição eleitoral.

Por outro lado, os partidos não se limitam a reflectir as clivagens sociais. A variável organizacional exerce uma influência apreciável na própria estrutura social, isto é, a força da própria organização cria ela própria as condições de emergência de novas divisões sociais. De acordo com a leitura de Sartori, a estruturação do eleitorado em termos ideológicos é, em última análise, determinada pela “força relativa do apoio organizacional de cada sistema de crenças” (1990: 72). A par deste papel desempenhado pelos partidos, o próprio desenvolvimento histórico de cada Estado influencia quais são as clivagens que têm lugar na competição partidária. Por exemplo, a divisão classista pode não se configurar como o principal eixo definidor da luta política, mas sim as clivagens regionais, como é o caso da Irlanda (Mair, 1997).

A competição partidária evidencia, portanto, uma dupla dinâmica interdependente: por um lado, “a transformação da estrutura básica do espaço político de dado país” e, por outro, “o posicionamento dos partidos no espaço em transformação” (Kriesi *et al.*, 2008: 10). Assim, é de esperar que o eixo esquerda-direita tenha significados diversos em diferentes países e em diferentes momentos históricos.

De forma genérica, a clivagem mais forte na Europa Ocidental é a que se desenrola no eixo sócio-económico (Knutsen, 1988; Stoll, 2011), estruturando a esquerda e a direita, sob este ponto de vista. No entanto, as teses do realinhamento eleitoral (Inglehart, 1977, 1990) põem em evidência a emergência de um eixo secundário de competição, nos sistemas partidários europeus, em torno dos chamados valores pós-materialistas. Com efeito, nos anos 1970, já se vislumbra empiricamente um espaço de competição bidimensional na maioria das democracias europeias consolidadas (Bornschieer, 2011).

No que respeita aos casos que pretendemos analisar (britânico, alemão, espanhol e português), a mobilização de temas relativos ao eixo cultural é feita sobretudo pelos partidos do centro esquerda, embora o Labour o tenha feito em menor extensão do que o SPD alemão, o que se pode dever ao facto de todos os partidos britânicos rejeitarem, na altura, a integração europeia retirando, assim, força polarizadora a este eixo. De resto, o espaço de competição partidária do Reino Unido mantém-se praticamente inalterado até à década de 2000, quando a questão da imigração é introduzida no programa eleitoral dos Conservadores (Stoll, 2011).

A CDU alemã adota, ainda nos anos 1990, uma posição restritiva relativamente à imigração, enquanto os sociais-democratas continuam a defender o multiculturalismo. Contudo, a assinatura dos acordos do *Asylum*⁶ vem retirar importância a esta dimensão de competição. A competição partidária passou então para a dimensão económica, muito polarizada pelo aparecimento do Die Linke (Bornschier, 2011). Na Alemanha, as clivagens regionais têm algum relevo, especialmente desde o início dos anos 1970, ao contrário do Reino Unido, onde este conflito não tem expressão na competição partidária (Knutsen, 2011).

O quadro de competição eleitoral é consideravelmente diferente no que respeita a Portugal e Espanha, uma vez que falamos de democracias com menor maturação. Num primeiro período, caracterizado por alguma instabilidade institucional (especialmente no caso português), a competição partidária desenvolve-se em torno das clivagens relativas ao tipo de regime (Chhibber e Torcal, 1997; Bruneau *et al.*, 2001). Em Portugal, este domínio da competição foi particularmente enfatizado, no qual se opunham, de um lado, o PS, PSD e CDS, que defendiam um sistema liberal de tipo ocidental, e, por outro, o PCP e os pequenos partidos de extrema-esquerda, favoráveis a um regime socialista (Lisi, 2011). Em Espanha, apesar de esta ser também uma dimensão de competição relevante, o conflito era menos polarizado, muito devido à forma pactuada com que foi executada a transição para a democracia. A oposição entre religiosos e secularistas constituiu igualmente um eixo de competição durante este período em ambos os países (Montero *et al.*, 2008), mas que nas décadas seguintes viria a perder importância perante os processos de modernização social.

A política externa emerge como dimensão de conflito político em Espanha com a promessa eleitoral do PSOE de retirar o país da NATO (Bruneau *et al.*, 2001). Em Portugal, com a conclusão da consolidação democrática, após a revisão constitucional de 1982, e com o fim do processo de descolonização, a clivagem em torno da legitimação do regime ficou esvaziada (Bruneau *et al.*, 2001), dando lugar às questões económicas e sociais como eixo principal de competição partidária até hoje (Lisi, 2011). Quanto à possível existência de um segundo eixo de competição ancorado nas clivagens inseridas no pós-materialismo, este ainda tem uma expressão reduzida no caso português, mesmo após o aparecimento do Bloco de Esquerda.

As clivagens sócio-económicas surgem em Espanha, de acordo com Chhibber e Torcal (1997), somente nos anos 1990, devido às políticas redistributivas implementadas pelo PSOE, mantendo-se até hoje como as mais relevantes para a estruturação do voto, a par das clivagens regionais (Knutsen, 2011).

⁶ Mudança constitucional aprovada em 1993 pela CDU, FDP e SDP e que restringe a entrada de refugiados no país.

Fazendo um breve resumo da conceptualização que elaborámos, podemos entender a coligação dominante como a facção (ou conjunto de facções) que controla as zonas de incerteza dos partidos políticos (Panebianco, 1982). Encarando os partidos como sistemas políticos em miniatura (Mair, 1997), verifica-se que, internamente, há interacções entre as diversas facções que lutam pelo acesso ao poder, ou outros recursos, dependendo da sua *raison d'être*. Quanto à mudança de líder, a sua identificação pode nem sempre ser pacífica, havendo, por vezes, que distinguir forçosamente entre o líder real e o líder aparente. O relevo do líder também é manifestado na sua própria interacção com as diversas facções, através da distribuição de incentivos ou sanções (Lisi, 2009). Por último, no que concerne à orientação ideológica, há que considerar que o eixo esquerda-direita tenha significados diversos em diferentes países e em diferentes momentos históricos.

III. NOTAS METODOLÓGICAS

Começamos a secção dedicada à metodologia utilizada pelo desenho do modelo de análise que vai relacionar as variáveis (mudança de líder, coligação dominante e variação ideológica). De seguida, definimos as variáveis e a sua operacionalização. Segue-se a enunciação das hipóteses teóricas. E, finalmente, explicamos como se procedeu à selecção dos casos em estudo.

3.1. Modelo de análise

Com o objectivo de testar o impacto da mudança de líder e da mudança de coligação dominante sobre a orientação ideológica dos partidos políticos, a nossa análise irá desenvolver-se em duas etapas, com ênfases diversas nas metodologias quantitativas e qualitativas.

Começamos por uma análise preliminar, de carácter exploratório, em que pretendemos verificar que relação existe entre as nossas variáveis, em termos quantitativos. Para tal, utilizamos correlações entre cada uma das variáveis independentes e a variável dependente. Esta análise diz-nos qual é o peso explicativo de cada uma das variáveis independentes, em separado, para a variação ideológica dos partidos em estudo. Assim, conseguimos obter quatro tipos de informação acerca das relações entre as variáveis: (1) a existência ou não de relação; (2) a direcção da relação; (3) a força da relação e (4) a significância estatística.

Segue-se a interpretação dos resultados a partir da conjugação dos dados quantitativos da mudança ideológica com alguma informação de cariz qualitativo. Esperamos com esta análise poder contextualizar a origem das mudanças ideológicas mais acentuadas. Neste ponto

iremos servir-nos de alguma literatura secundária⁷, sobretudo no que concerne à evolução do facciosismo dos partidos analisados. Pretendemos, dentro do possível, testar algumas hipóteses empíricas, já enunciadas. Esta forma de “triangulação” (Lee, 2002) permite-nos combinar múltiplos métodos e abordagens de pesquisa. Perante casos fora do esperado, *outliers*, “um investigador pode proceder a uma análise mais detalhada desse caso, e ao fazê-lo está não só a iluminar esse caso, mas também a iluminar e a expandir a teoria que está a ser testada através da análise estatística” (Peters, 1998: 22).

3.2. Operacionalização

Pretendemos, de seguida, indicar que estratégias foram escolhidas para que as variáveis em estudo possam ser medidas. Para a variação ideológica iremos utilizar o índice de Jahn, que tem uma abordagem dedutiva da análise dos manifestos feita pelo CMP. A mudança de líder será medida pelo número de meses que o novo líder leva no cargo até às primeiras eleições que disputa. Finalmente, não obstante as dificuldades metodológicas em medir as mudanças na coligação dominante, optámos por identificá-las com o número efectivo de facções, baseado nos resultados das eleições internas dos líderes partidários. Por ser um indicador ainda assim afastado daquilo que é a realidade da coligação dominante, pretendemos conjugar esta abordagem com uma análise qualitativa, tendo por base literatura secundária específica sobre o facciosismo dos partidos.

3.2.1. Orientação ideológica

O nosso modelo de pesquisa pretende relacionar a mudança de líder e da coligação dominante dos partidos políticos e a sua orientação ideológica. Procedemos agora à especificação dos principais indicadores que vamos utilizar para a medição da variável dependente – o posicionamento ideológico dos partidos – e das variáveis independentes – a mudança de líder e da estrutura da coligação dominante.

O posicionamento ideológico dos partidos políticos é usualmente feito através de três formas (Mair, 2001): os inquéritos aos especialistas (*expert surveys*), os inquéritos à população, por exemplo através dos dados do *World Values Survey*, e a codificação dos programas eleitorais pelo Comparative Manifestos Project (CMP).

Para a presente investigação interessa o rumo, em termos ideológicos, tomado pelos partidos políticos na sequência de mudanças nas dinâmicas intrapartidárias. Assim, entendemos

⁷ Esta análise vai incidir apenas sobre o caso português e espanhol, dado que não foi possível consultar a bibliografia secundária relativa aos outros dois casos. Mesmo sabendo da diminuição da abrangência decorrente desta decisão, julgamos que, mesmo assim, seria preferível fazer a análise com a informação a que tivemos acesso.

que, tanto os *expert surveys*, como os inquéritos à população, medem percepções do posicionamento dos partidos e não manifestam a intencionalidade dos partidos em seguir certa orientação ideológica. É portanto através dos dados recolhidos pelo CMP que poderemos fazer a análise a que nos propomos. Para além disso, o método do CMP é o único actualmente que permite estimar as posições esquerda-direita dos partidos ao longo de um grande período de tempo num largo número de países (Gabel e Huber, 2000; Dinas e Gemenis, 2010), facto que também pesa na nossa escolha.

A equipa do CMP desenvolveu uma forma de aferir o posicionamento ideológico dos partidos a partir da análise de conteúdo dos manifestos eleitorais, a chamada variável *rile* (Laver e Budge, 1992), ou método *standard*. Esta metodologia consiste no agrupamento das categorias em dois rótulos: esquerda ou direita, que se mantêm fixos. O posicionamento dos partidos é obtido através da soma da saliência de um grupo menos a soma da saliência do outro grupo.

A simplicidade do método por trás da variável *rile* transporta consigo alguns problemas. Desde logo, a escolha das categorias que devem ser consideradas de esquerda ou de direita não é consensual (McDonald e Mendes, 2001; Keman, 2007). Para além disso, vários testes têm demonstrado que há problemas na sua aplicação em certos países (Pelizzo, 2003; Dinas e Gemenis, 2010), acabando por proporcionar resultados muito desfasados da realidade. Por exemplo, de acordo com os cálculos baseados no método *standard*, o partido comunista grego, o KKE, aparece localizado à direita dos socialistas do PASOK (Dinas e Gemenis, 2010), o que acaba por ser surpreendente, visto que o KKE é considerado como um dos partidos comunistas mais ortodoxos da Europa Ocidental. Os resultados do CMP relativos ao caso italiano também suscitam algumas dúvidas, por exemplo, ao não posicionar o MSI na extrema direita e o PCI na extrema esquerda e chegando mesmo a colocar os primeiros à esquerda dos comunistas (Pelizzo, 2003: 71).

Outras metodologias foram desenhadas tendo por base as informações do CMP, como por exemplo o método baunilha (Gabel e Huber, 2000; Dinas e Gemenis, 2010) ou o método regressivo (Franzmann e Kaiser, 2006). A primeira abordagem consiste na extracção de uma categoria pivotal (*super issue*) que explique a covariância das restantes 54, através de uma análise de componentes principais. O problema desta metodologia é de que não tem por base nenhuma referência teórica nem prevê a existência de diferentes significados do eixo esquerda-direita, tanto a nível temporal como entre países (Jahn, 2011).

O método regressivo tenta superar esta desvantagem, partindo do pressuposto único de que “os temas da esquerda são geralmente enfatizados por partidos de esquerda e vice-versa” (Franzmann e Kaiser, 2006: 166). Através de uma regressão linear, em que as categorias do

CMP são a variável dependente e os maiores partidos de cada país funcionam como variável independente, torna-se possível traçar “quadros ideológicos” específicos. Depois de determinadas as categorias de esquerda e direita, estas são subtraídas e obtém-se a posição de cada partido. O passo final é um processo de ponderação dos resultados, onde se calcula a média de três eleições consecutivas. A crítica apontada ao método regressivo recai precisamente sobre esta ponderação, uma vez que, quando se alarga o espaço temporal de análise, os resultados referentes a anos anteriores se alteram (Jahn, 2011: 749). Outra crítica faz notar que não há uma distinção hierárquica entre categorias mais relevantes para a determinação de cada um dos eixos, sendo todas elas tratadas de forma igual.

Após a análise da literatura sobre estas metodologias, decidimos que a abordagem dedutiva realizada por Jahn (2011) é a que mais nos convém no contexto deste trabalho. O facto de o índice reconhecer que a escala esquerda-direita varia de acordo com os países e com o tempo é de extrema importância quando se pretende proceder a uma análise comparativa longitudinal, como é o caso do presente trabalho. Por outro lado, consideramos que há uma vantagem deste índice em relação aos existentes por ter uma base conceptual teórica que, através de um método dedutivo, delinea um eixo ideológico. Finalmente há uma comodidade óbvia de ordem mais prática que é a fácil acessibilidade às bases de dados.

Há que reconhecer, contudo, que também esta perspectiva não está imune a críticas. Uma delas é o não reconhecimento de uma segunda dimensão ideológica que determine o posicionamento dos partidos e que tem sido evidenciada pela literatura (Inglehart, 1977, 1990; Kriesi *et al.*, 2008; Bornschieer, 2011). As teses dos valores pós-materialistas sugerem a emergência de uma dimensão ideológica centrada em questões como os modos de vida alternativos, a defesa do ambiente e a etnicidade, o que levaria ao aparecimento de uma “Nova Esquerda” e de uma “Nova Direita” nas democracias ocidentais. Este novo eixo ideológico não substitui nem coincide com a tradicional divisão esquerda-direita, antes convivendo com ela (Kriesi *et al.*, 2008).

Testes de validade⁸ que compararam não só as metodologias já referidas, mas também inquéritos a especialistas e sondagens de opinião (Franzmann, 2013), concluíram que o índice de Jahn tem o segundo melhor registo, apenas atrás da performance do “método regressivo”. Quando coloca os dois métodos em contraponto, Franzmann argumenta que “não há razão para assumir que seguir a abordagem de Bobbio é preferível do que contar com a informação relativa à família partidária para calcular o posicionamento ideológico” (2013: 5), referindo-se à pretensão evidenciada por Jahn de que o seu método seria o único dedutivo. Mesmo tendo em

⁸ Sobre os diversos tipos de validade dos indicadores – *face validity*, validade de construção, validade preditiva e validade interna e externa – cf. Peters, 1998.

conta as limitações referidas, inclusive em termos de validade, mantemos a nossa escolha, uma vez que sobre a alternativa – o método regressivo – permanece o problema da mudança dos valores obtidos assim que se alarga o espaço temporal da análise, em virtude do método de ponderação dos resultados (Jahn, 2011: 749).

O índice LR⁹, desenvolvido por Jahn, leva em consideração as variações temporais e entre países do significado da divisão esquerda-direita, para além de que é suportado por uma estrutura teórica deduzida do conceito de ideologia de Bobbio (1996). Assim, à esquerda figura a doutrina do Socialismo e a direita divide-se em Conservadorismo e Liberalismo. A cada um destes rótulos ideológicos são associadas algumas categorias do CMP. A construção do índice LR_core tem por base os estímulos ideológicos associados a cada categoria, isto é, o peso relativo que essas categorias têm num dado manifesto. A segunda componente do índice (LR_plus) contém as declarações que variam com o tempo e entre países e que são determinantes para a variação do significado desta distinção. A soma destas duas componentes resulta na posição ideológica agregada LR.

3.2.2. Mudança de líder

Teremos de ter em conta que o tempo de liderança tem impacto sobre a magnitude da mudança. É de esperar que exista uma relação directa entre o tempo que passou desde a ascensão do líder e a mudança na orientação ideológica. Outras investigações neste campo também levam em consideração este factor: “Pode levar algum tempo para que um novo líder consiga desenvolver os detalhes de uma reforma, por exemplo, ou para que consolide o poder para que o possa fazer” (Harmel *et al.*, 1995: 9).

Assim, a nossa análise irá levar em consideração o tempo de liderança, partindo do pressuposto de que quanto mais tempo estiver um novo líder no poder, de maior dimensão será a mudança operada no partido. A variável tempo de liderança contabiliza o número de meses que o líder leva no cargo até ao momento de mudança ideológica.

3.3.3. Mudança da coligação dominante

O estudo das mudanças na coligação dominante é tido como de difícil operacionalização, nomeadamente devido à complexidade em identificar a composição das facções em cada partido e em verificar especificamente quais as mudanças ocorridas nas relações internas de poder (Harmel *et al.*, 1995). A investigação mais aprofundada das mudanças na coligação dominante recorre a fontes secundárias, seja literatura específica ou documentos dos próprios partidos (Harmel e Tan, 2003), para depois codificar as principais mudanças ocorridas. Este grupo de

⁹ A base de dados agrupada por Jahn e pelos seus associados, relativa à posição ideológica de partidos à escala mundial, pode ser consultada em <http://pip.uni-greifswald.de/>.

investigadores mediu a “coerência” interna dos partidos (Janda, 1980) através de seis indicadores, relacionados, de certa forma, com a tipologia de facções construída por Zariski, baseada na sua *raison d'être* (1960: 34-36): a coesão legislativa, o facciosismo ideológico, o facciosismo sobre políticas, o facciosismo quanto à liderança, o facciosismo estratégico ou tático e as purgas partidárias.

Para o nosso trabalho teremos, igualmente, de recorrer à literatura secundária sobre os partidos, mas iremos cruzar essas fontes com uma base de dados (Pillet e Cross, 2013) que contém os resultados das eleições internas para a liderança partidária dos partidos em estudo. A escolha deste indicador radica na ideia de que a maior ou menor fragmentação na escolha do líder é um indício da correlação de forças das facções num dado momento e do próprio nível de facciosismo interno do partido (Boucek, 2002; Kenig, 2008). Trata-se, como é óbvio, de um indicador que apenas permite uma aproximação à estrutura da competição intrapartidária e, portanto, obriga a uma articulação com a literatura secundária, como já referimos. Contudo, tem a utilidade de ser mensurável e de poder ser alvo de tratamento estatístico.

Tendo como objectivo medir o nível de facciosismo interno a partir dos dados relativos às eleições internas dos partidos, iremos calcular o *número efectivo de candidatos* (Kenig, 2008). Este indicador é análogo ao do número efectivo de partidos (Laakso e Taagepera, 1979) e pondera o peso relativo dos candidatos¹⁰, isto é, leva em consideração não só o número absoluto de candidatos mas também o seu resultado.

3.2.4. Factores externos

Apesar do presente trabalho se debruçar exclusivamente sobre os elementos de natureza interna dos partidos, há que referir que a orientação ideológica sofre influência de um conjunto de factores externos, também chamados de “mudanças ambientais”, embora estes não sejam contemplados pela nossa pesquisa. A performance eleitoral é aquele que está mais presente na literatura (Harmel e Janda, 1994; Budge, Ezrow e McDonald, 2010). A ideia basilar desta hipótese é a de que “a derrota é a mãe da mudança” (Janda, 1990), ou seja, perante resultados eleitorais aquém dos objectivos iniciais do partido, os estímulos para que se opere uma mudança de direcção do partido tornam-se mais fortes. Assim, se os resultados foram favoráveis, mantém-se posição ou continua-se a mudança no mesmo sentido; se forem desfavoráveis, muda-se de direcção (Budge, 1994).

A opinião pública também é considerada como condicionante da orientação ideológica dos partidos, contudo convém fazer uma distinção entre os partidos *mainstream* e os partidos de

¹⁰ A fórmula é a seguinte: $NEC = \frac{1}{\sum Vi^2}$ onde Vi é a percentagem de votos do candidato i .

nichos (Adams *et al.*, 2006). De acordo com a investigação de Adams e do seu grupo, os partidos *mainstream* respondem a mudanças na opinião pública através de alterações no seu posicionamento ideológico, mas os partidos de nichos não o fazem, sendo que quando o fazem são frequentemente penalizados eleitoralmente.

Outros factores de ordem externa estão relacionados com “choques”, ou acidentes (Appleton e Ward, 1997), imprevistos e que vão condicionar as decisões dos partidos. Um dos exemplos mais invocados é o impacto que o colapso da União Soviética, no início dos anos 1990, teve sobre os partidos comunistas europeus, obrigando-os a proceder a adaptações. Da mesma forma, há evidência de conjunturas relacionadas com os ciclos eleitorais que têm influência sobre a dinâmica interna dos partidos. É comum, por exemplo, que a contestação interna suba de tom quando o partido em questão está fora do executivo e que o contrário aconteça quando o partido assume funções governativas, uma vez que, nestes últimos casos, há uma expectativa, por parte dos militantes mais destacados, em que lhes sejam atribuídos benefícios institucionais (Lisi, 2009: 163-168).

3.3. Hipóteses

A partir das dimensões relevantes das variáveis em estudo que explorámos no segundo capítulo, iremos passar a enunciar algumas hipóteses teóricas baseadas na literatura relevante.

H1: O impacto dos líderes partidários sobre a orientação programática dos seus partidos é maior nas democracias da terceira vaga.

A evolução dos sistemas partidários nas novas democracias apresenta divergências em relação aos modelos clássicos evidenciados pelas democracias estabelecidas (Van Biezen, 2003). A instabilidade institucional própria dos tempos posteriores às transições democráticas aliada à fragilidade das sociedades civis que emergem após décadas de regimes autoritários (Chhibber e Torcal, 1997), confere um maior relevo às personalidades individuais que lideram os principais partidos (Panebianco, 1982). É, por isso, de esperar que a maturação do regime e a institucionalização das rotinas democráticas libertem, aos poucos, os partidos da influência personalística dos primeiros tempos, mas muitas vezes este paradigma pode manter-se e até ser acentuado.

H2: Os partidos catch-all apresentam maiores variações ideológicas do que os partidos de massas.

Este tipo de partidos é caracterizado por uma máquina organizacional muito ligeira, cuja função principal é a selecção dos candidatos (Kirchheimer, 1965). Ao contrário do partido de massas, o partido *catch-all* já não pretende representar uma classe social específica, tendo antes a

pretensão de conquistar a maior fatia possível do eleitorado, posicionando-se no eixo esquerda-direita de forma a atingir esse objectivo (Katz e Mair, 1997). Assim, é provável que neste tipo de partidos a centralização das principais decisões na pessoa do líder seja maior, uma vez que a sua autonomia é amplificada (Lobo, 2003) neste contexto, e que apresentem uma oscilação ideológica mais assinalável do que os partidos de massas.

H3: Partidos portugueses e espanhóis com um nível elevado de facciosismo interno têm tendência a sofrer reorientações programáticas mais acentuadas decorrentes de mudanças na coligação dominante.

Como se viu atrás, a coligação dominante é composta por uma ou mais facções (Harmel e Tan, 2003), portanto será expectável que as mudanças no seu seio sejam essencialmente ditadas pelo nível de facciosismo interno. Uma actividade facciosa intensa leva, em princípio, a uma menor estabilidade da coligação dominante, uma vez que passa a ser frequente a eventualidade de um “ataque” ao *inner-core* do partido, visando a sua substituição.

H3.1: As mudanças nas coligações dominantes decorrentes de actividade facciosa de tipo ideológica são mais propensos a resultar em mudanças programáticas nos partidos de Portugal e Espanha.

As pressões para uma reorientação ideológica do partido são provenientes das facções ideológicas, em que se verifica uma divergência em termos de prioridades políticas em relação à linha *mainstream* do partido (Zariski, 1960). Não se espera que os restantes tipos de facções – estratégicas, identitárias ou pessoais – tenham efeitos tão assinaláveis sobre esta dimensão.

3.4. Selecção dos casos

Passamos agora para a fundamentação da escolha dos casos em estudo, isto é, dos partidos que serão analisados. No entanto, temos de justificar igualmente a opção pelos diferentes países, cujo objectivo principal é maximizar o controlo possível sobre as variáveis sistémicas, mitigando assim os efeitos que possam ter sobre as relações que pretendemos estudar.

O critério para a escolha dos partidos a analisar é-nos dado por Sartori (1976), através das categorias de partidos com poder de coligação – aqueles que têm potencial para formar governos – e de partidos com poder de chantagem – aqueles que, apesar de se encontrarem sistematicamente fora das soluções governativas, asseguram continuamente representação parlamentar¹¹. Posto isto, a nossa análise vai incidir sobre partidos políticos de dois países

¹¹ O Bloco de Esquerda não foi incluído na análise, não obstante satisfazer os requisitos dos partidos com poder de chantagem, uma vez que durante o período em análise não ocorreu qualquer mudança de líder. Em Espanha optámos por incluir apenas os partidos com alcance nacional, apesar de muitos dos partidos regionais poderem ser perfeitamente considerados como tendo poder de chantagem.

pertencentes à terceira vaga de democratização, Portugal e Espanha, e de dois países com democracias mais consolidadas, Alemanha e Reino Unido (Quadro 3.1.). Desta forma, o presente estudo abarca essencialmente dois tipos de partidos: os partidos *catch-all*, com uma vocação eleitoralista e com o objectivo de apelar a grandes fatias do eleitorado, e os partidos de massas (Adams *et al.*, 2006), que assumem geralmente uma postura de protesto e pretendem representar apenas uma classe social presente no eleitorado.

As várias diferenças entre os partidos políticos vieram dar origem a uma tipologia baseada em arquétipos ideais, ancorados sobretudo nas relações que os partidos políticos têm com a sociedade civil (Katz e Mair, 1995; Katz e Mair, 1997). Desta forma, o partido de massas (Duverger, 1970) é encarado como um representante dos interesses de uma classe social específica, o que pressupõe uma forte componente programática, preferencialmente coerente e conexa entre si (Katz e Mair, 1995). Uma característica definidora do partido de massas é o elevado envolvimento dos seus militantes, implicando “uma extensa organização de células ou delegações de forma a abrir avenidas para a entrada dos militantes no processo programático” (Katz e Mair, 1995: 7). O partido *catch-all* (Kirchheimer, 1965) emerge num contexto de erosão das identificações ideológicas do eleitorado, em virtude, por um lado, do progresso do Estado social durante o pós-guerra – limitando a luta de classes enfatizada pelo partido de massas –, e, por outro, do desenvolvimento dos meios de comunicação massificados, que vieram evidenciar o carácter personalístico da política, realçando cada vez mais a imagem do líder *vis-à-vis* o programa ideológico. Este tipo de partidos “renuncia às tentativas de incorporar moral e espiritualmente as massas e dirige a sua atenção antes de mais para o eleitorado” (Kirchheimer, 1965: 331), isto é, já não se apresenta como o representante de uma *classe gardée*, mas tem a pretensão de apelar à mobilização (eleitoral, leia-se) da maior fatia possível do eleitorado. Organizacionalmente, o partido *catch-all* privilegia a autonomia do líder e uma máquina partidária leve que é praticamente accionada apenas em momentos de campanha eleitoral. Finalmente, o partido cartel é definido pela completa interpenetração do partido no Estado, encarando-o como “uma fonte de recursos através da qual estes partidos não asseguram apenas a sua sobrevivência, mas também aumentam as suas capacidades para resistir aos desafios de novas alternativas mobilizáveis” (Katz e Mair, 1995: 16). A dependência das subvenções estatais leva os partidos a agirem em concertação para a manutenção do *status quo*, isto é, a competição eleitoral gira em torno do acesso aos recursos estatais e não tanto da implementação de um programa eleitoral definido. Uma característica relevante, do ponto de vista organizacional, é a indefinição entre os militantes e os não-militantes dos partidos cartel. A linha que os separa tornou-se “enevoada, com os partidos a convidarem todos os apoiantes,

estejam formalmente inscritos ou não, a participar nas actividades e decisões do partido” (Katz e Mair, 1995: 21).

Consoante o tipo de partido em questão, o papel do líder e das facções será distinto. Ceron distingue entre os partidos de massas, os partidos *catch-all* e os partidos cartel (Ceron, 2012). Nos primeiros, a posição ideológica é determinada pela correlação de forças das facções; nos partidos *catch-all*, os líderes têm autonomia máxima e são independentes das pressões internas; por último, os partidos cartel estão numa posição intermédia, e cabe ao líder tomar opções do ponto de vista organizacional de forma a garantir que a força das facções é diluída (por exemplo, a introdução do sufrágio directo pelos militantes). No seu estudo sobre as facções dos partidos italianos, o autor não encontrou evidências que suportassem o cenário relativo aos partidos *catch-all*, concluindo que “as posições dos partidos estão relacionadas com as preferências das facções” (Ceron, 2012: 700). Por outro lado, “a autonomia dos líderes aumenta quando estes são eleitos directamente por um eleitorado alargado” (Ceron, 2012: 700), o que é consistente com o modelo dos partidos cartel.

Quadro 3.1. Partidos em análise

Tipo de partido	Alemanha	Reino Unido	Portugal	Espanha
<i>Catch-All</i>	CDU	Trabalhistas	PSD	PSOE
	SDP	Conservadores	PS	PP
	FDP	Liberais	CDS/PP	-
Massas	Verdes	-	PCP	IU

3.5. Variáveis sistémicas

Para a escolha dos países a analisar tivemos em consideração uma série de variáveis intervenientes, isto é, que têm potencial para influenciar as relações que pretendemos estudar, e que são nesta pesquisa controladas. São elas o tempo de maturação do regime, o tipo de partidos, a competitividade, o limiar efectivo de representação e a desproporcionalidade.

A escolha de partidos de diferentes países tem o objectivo de controlar as variações sistémicas, ou exógenas. Por um lado, a inclusão de casos semelhantes permite-nos controlar a “variação concomitante” (Peters, 1998: 38), isto é, verificar se a relação em estudo se comporta da mesma forma em conjunturas semelhantes. Por outro lado, o controlo dos factores exógenos também é feito através da integração de casos diferentes na análise. Contrariamente aos objectivos da abordagem de casos semelhantes, aqui pretende-se testar a robustez das proposições em contextos os mais díspares possível (Peters, 1998).

Para além do tempo de maturação do regime e do tipo de partidos, pretendemos controlar factores exógenos relacionados com o sistema partidário, como a competitividade, o limiar efectivo de representação e a desproporcionalidade. Consideramos que estas variáveis têm influência sobre a movimentação dos partidos no eixo ideológico (Downs, 1957; Budge, 1994) e a sua sensibilidade na arena eleitoral, assim como sobre a autonomia dos líderes partidários e nos níveis de facciosismo. Seguiremos com a especificação de cada uma destas variáveis.

O *timing* da consolidação democrática tem impacto na evolução do sistema partidário (Van Biezen, 2003). Pense-se nas diferenças entre estabelecer uma democracia antes do século XX, ou mesmo no pós-guerra, e em meados dos anos 1970. Van Biezen formula três cenários para o desenvolvimento dos sistemas partidários em democracias recentes. O primeiro sugere que o sistema partidário nas novas democracias deverá seguir um desenvolvimento análogo àquele verificado nas democracias mais antigas. Num segundo cenário, o sistema partidário das novas democracias dá um “salto evolutivo”, mimetizando as fórmulas organizativas contemporâneas nas democracias mais antigas. Uma última hipótese recusa qualquer um dos cenários anteriores e prevê que os partidos que têm origem nas novas democracias tomarão formas organizativas sem precedentes nas democracias já estabelecidas. A autora descarta, desde logo, o primeiro cenário. Por um lado, as décadas de regime autoritário impediram o desenvolvimento de organizações partidárias fortes e, por outro, o súbito aumento dos direitos de participação política dos cidadãos encoraja os partidos a “estabelecer estratégias eleitorais expansionistas para captar os eleitores não-alinhados e a criar uma relação eleitoral transitória com a sociedade em vez de um vínculo partidário durável” (Van Biezen, 2003: 48).

Em suma, as observações empíricas indicam que os partidos nas democracias da 3ª vaga não seguiram o padrão evolutivo verificado nas democracias mais antigas, isto é, não emergiram como partidos de massas. Os modelos de organização dos partidos nas novas democracias são, portanto, o fruto de uma conjugação entre os tipos de partido observados actualmente nas democracias mais consolidadas e modelos totalmente inovadores.

A competitividade de um sistema partidário pode ser medida de diversas maneiras, das quais iremos abordar duas: a diferença de resultados entre os principais partidos e a concentração de votos nos dois maiores partidos. A existência de eleições competitivas, em que o resultado não seja facilmente previsível, é um factor relevante para as expectativas racionais (Budge, 1994) dos partidos. Isto significa que, em sistemas mais competitivos, grandes movimentações no eixo esquerda-direita podem vir a ter maiores custos para os partidos. Pelo contrário, em sistemas de baixa competição eleitoral, os partidos têm maior liberdade para adoptar posições mais extremas sem temer punições eleitorais consideráveis. Segundo esta

lógica, um sistema competitivo exige uma abordagem mais eleitoralista por parte do partido, com o objectivo de alienar o menor número possível de eleitores, o que implica uma preponderância do papel do líder e um aumento da sua autonomia.

Um outro aspecto relativo aos sistemas eleitorais que convém frisar é o do limiar efectivo de representação, isto é, o requisito mínimo, em termos de votos, para que um partido consiga obter representação parlamentar. Por um lado, há sistemas onde vigoram “cláusulas barreira”¹², isto é, limites mínimos de votos, legalmente impostos, que um partido tem de obter para alcançar representação parlamentar. Mas mesmo em sistemas onde não existe esta prescrição legal, a magnitude média dos círculos eleitorais, isto é, o número de lugares existentes em cada circunscrição, tem um efeito semelhante, e por vezes superior, ao das cláusulas. Sistemas com um elevado limiar efectivo de representação incentivam os partidos a adoptar estratégias mais eleitoralistas.

Este efeito é operacionalizado através do cálculo do “limiar efectivo” de representação (Freire, Meirinho e Moreira, 2008: 32-36). Este valor é obtido a partir da seguinte fórmula: $L = 75\% / (m+1)$, em que L é o limiar efectivo e m é o número de lugares de cada círculo eleitoral. Há uma tendência para que sistemas com limiares efectivos mais baixos incentivem a competição eleitoral, isto é, um partido necessita de uma menor quantidade de votos para assegurar representação.

Da mesma forma, há uma relação quase directa entre a representatividade conferida por um sistema eleitoral e o nível de facciosismo apresentado pelos partidos que o compõem (Boucek, 2002). Sistemas eleitorais com um elevado limiar efectivo, como o Reino Unido, em que a competição tem moldes bipartidários, incentivam lideranças fortes e partidos coesos, uma vez que existem altos custos para os desertores. Pelo contrário, sistemas altamente representativos tendem a favorecer a existência de partidos menos coesos, com líderes menos autónomos e maior competição intra-partidária.

Por último, consideramos a desproporcionalidade do sistema eleitoral, isto é, “os desvios médios (para o conjunto dos partidos) entre percentagens de votos e de lugares” (Freire, Meirinho e Moreira, 2008: 26). Em sistemas com elevada desproporcionalidade, o número de votos recebidos por um partido não irá corresponder totalmente ao número de lugares obtidos no parlamento, o que vem enfatizar o relevo do líder partidário, sobretudo no que concerne à selecção das listas e dos candidatos.

¹² No que concerne ao presente trabalho, tanto a Espanha como a Alemanha possuem cláusulas barreira legais de 3% dos votos no círculo e de 5% a nível nacional ou 3 mandatos, respectivamente (Freire, Meirinho e Moreira, 2008: 36).

Quadro 3.2. Resumo dos efeitos esperados das variáveis sistémicas sobre a mudança ideológica

Variáveis explicativas		Líder	Facções
Variáveis sistémicas			
Tipo de Partido	Massas	-	+
	<i>Catch-all</i>	+	-
	Cartel	+*	-
Maturação	Longa	-	-
	Curta	+	
Competitividade	Elevada	+	
	Baixa	-	
Limiar efectivo	Elevado	+	-
	Baixo	-	+
Desproporcionalidade	Alta	+	
	Baixa	-	

*Quando o partido adopta alterações estatutárias que visam aumentar a autonomia do líder *vis-à-vis* a coligação dominante, como por exemplo a opção pelo sufrágio directo.

Portugal e Espanha aproximam-se no que respeita ao tempo de maturação democrática, tendo ambos os países experimentado transições em meados dos anos 1970. Por contraponto, a Alemanha e o Reino Unido têm democracias mais consolidadas. Os primeiros anos após uma mudança de regime são frequentemente caracterizados por uma grande indefinição ideológica, até que o sistema partidário atinja uma certa estabilização. Por terem experienciado uma ruptura mais profunda com o regime anterior, os partidos portugueses – em comparação com os congéneres espanhóis, em que a transição foi altamente negociada – apresentavam, nos primeiros anos de democracia, uma inclinação para a esquerda, consistente com o discurso pós-revolucionário dominante (Frain, 1997; Lopes e Freire, 2002). Da mesma forma, o papel dos líderes assume maior relevância durante os primeiros anos do regime democrático (Köllner e Basedau, 2005). Também o facciosismo encontra um terreno mais fértil para se desenvolver no início dos processos de democratização, “uma vez que os partidos ainda não estão institucionalizados, as filiações e alianças facciosas podem ter mais importância para os políticos do que a lealdade partidária” (Köllner e Basedau, 2005: 20).

Em relação à competição partidária, evidenciamos dois grupos distintos: com uma concentração média de votos¹³, para o período em análise (1975-2010), nos dois principais partidos de cerca de 69% estão Portugal e a Alemanha (maior competitividade); a Espanha e o Reino Unido têm índices de concentração de 73,2 e 72,4%, respectivamente (menor competitividade). Há que realçar, todavia, que há evoluções diferentes em cada sistema. Tanto Portugal como a Espanha evidenciavam uma concentração de votos nos dois maiores partidos menor nos primeiros anos de democracia, mas que a partir de meados dos anos 1980 adopta uma tendência de subida. Já o Reino Unido e a Alemanha reflectem precisamente o contrário, com uma tendência de menor concentração dos votos nos dois maiores partidos nas eleições mais recentes.

Contudo, se utilizarmos como indicador a diferença média de votos entre os dois principais partidos os padrões são algo diferentes: Portugal apresenta a diferença média mais elevada (12,9%), a Espanha e o Reino Unido estão ambos nos 9% e a Alemanha tem a média mais baixa (5,3%). A grande diferença é a passagem de Portugal do grupo de sistemas mais competitivos para o menos competitivo, consoante o indicador utilizado. Este valor pode estar relacionado com o facto de se registar invariavelmente uma grande transferência de votos entre PS e PSD, o que permite que a diferença de votos entre ambos seja elevada sem que a concentração de votos decresça. Foi o que sucedeu, por exemplo, com as maiorias absolutas de Cavaco Silva e de José Sócrates, em que os seus partidos ficaram bastante à frente dos seus competidores directos, mas sem que houvesse grandes diferenças em termos de concentração de votos.

No que toca ao limiar efectivo de representação, Portugal e a Alemanha voltam a aproximar-se, com valores de 6,5 e 6,1%, respectivamente. A Espanha ocupa uma posição intermédia, com um índice de 9,5% e o Reino Unido apresenta o valor mais elevado, 37,5%, em virtude do seu sistema bipartidário.

Finalmente, também em relação aos níveis de desproporcionalidade verificam-se diferenças e semelhanças entre os países escolhidos. Reportando-nos aos valores médios para o período 1970-2007, a Inglaterra apresenta um índice de 14,56, seguida da Espanha com 7,55. Em Portugal, o nível de desproporcionalidade é de 4,65 e na Alemanha apenas de 2,07.

¹³ Dados sobre resultados eleitorais retirados de <http://www.parties-and-elections.eu/index.html>.

Quadro 3.3. Diferenças e semelhanças entre os casos seleccionados

Critérios \ Casos	Maturação	Competitividade (%)		Limiar efectivo (%)	Nível de desproporcionalidade
Portugal	Curta	69,3	12,9	6,5	4,65
Espanha	Curta	73,2	9,4	9,5	7,55
Reino Unido	Longa	72,4	9,04	37,5	14,56
Alemanha	Longa	69,6	5,34	6,1	2,07

Fontes: Competitividade medida pela média da concentração dos votos nos dois principais partidos/ diferença média de votos entre os dois principais partidos (<http://www.parties-and-elections.eu/index.html>); Limiar efectivo de representação (Freire, Meirinho e Moreira, 2008: 33); Desproporcionalidade medida pelo Índice dos Quadrados Mínimos (Freire, Meirinho e Moreira, 2008: 28).

O período de análise do nosso estudo terá início em 1975, data das primeiras eleições legislativas num dos países da 3ª vaga (Portugal), até 2010, ano das últimas eleições com dados disponíveis (Reino Unido).

Apesar dos cuidados enunciados no controlo das variáveis sistémicas, o facto de estarmos a desenvolver uma investigação de N reduzido deixa a análise permeável à influência de factores exógenos. Assim, o nexos de causalidade das conclusões que pretendemos retirar pode ficar comprometido, uma vez que nos deparamos com um grande número de variáveis face a um pequeno número de casos.

Por outro lado, a inclusão de um número reduzido de casos irá permitir-nos um maior acompanhamento de cada um, não nos limitando a designar as situações que contrariam as hipóteses como meros *outliers* na distribuição estatística. De qualquer forma, pretendemos ser cuidadosos e ponderados na altura de gizar conclusões muito generalistas, pois nunca se terá a certeza da verdadeira robustez do nexos de causalidade que pretendemos estabelecer, tal como postula o “problema fundamental da inferência causal” (Holland, citado por King *et al.*, 1994: 79). A nossa investigação pauta-se sobretudo pela possibilidade de provar a plausibilidade das nossas hipóteses, no contexto do estudo dos quatro casos em apreço.

IV. ANÁLISE DO IMPACTO DA MUDANÇA DE LÍDER E DA COLIGAÇÃO DOMINANTE SOBRE A VARIAÇÃO IDEOLÓGICA

Começaremos por uma breve descrição contextual da evolução programática dos vários partidos em questão. A análise dos dados que se segue começa por abordar as relações existentes entre as variáveis independentes e dependente nos vários casos/países. Uma segunda parte remete-nos para uma interpretação mais qualitativa, que abrange apenas Portugal e Espanha, dado não nos

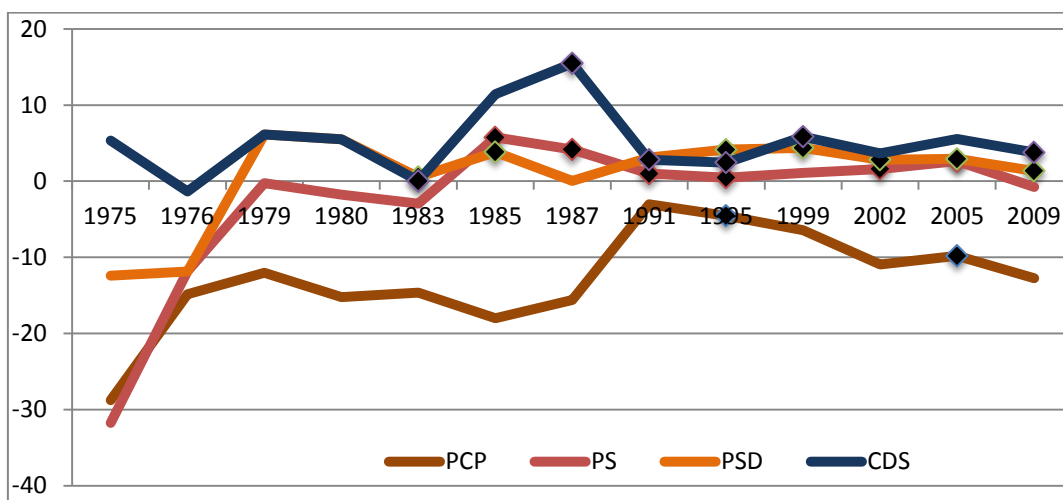
ter sido possível aceder à bibliografia secundária relativa ao facciosismo interno dos partidos britânicos e alemães.

4.1. Análise descritiva

Iremos começar a análise dos resultados com um ponto prévio em que pretendemos fornecer um quadro genérico contextual dos casos em análise. Faremos uma breve descrição da evolução ideológica dos partidos em estudo em articulação com as mudanças de líder ocorridas.

É possível, desde logo, verificar a “esquerdização” do sistema político português nos primeiros anos de democracia (Jalali, 2007). De resto, percebe-se que as grandes oscilações ideológicas ocorreram sobretudo até aos anos 1990 (Gráfico 4.1.). A partir dessa altura observa-se uma aproximação entre os três partidos *catch-all*. Os líderes partidários começaram a ser substituídos mais frequentemente à medida que o sistema partidário se vai consolidando, o que é indicativo de um maior relevo dado à *performance* eleitoral como critério para a manutenção da liderança.

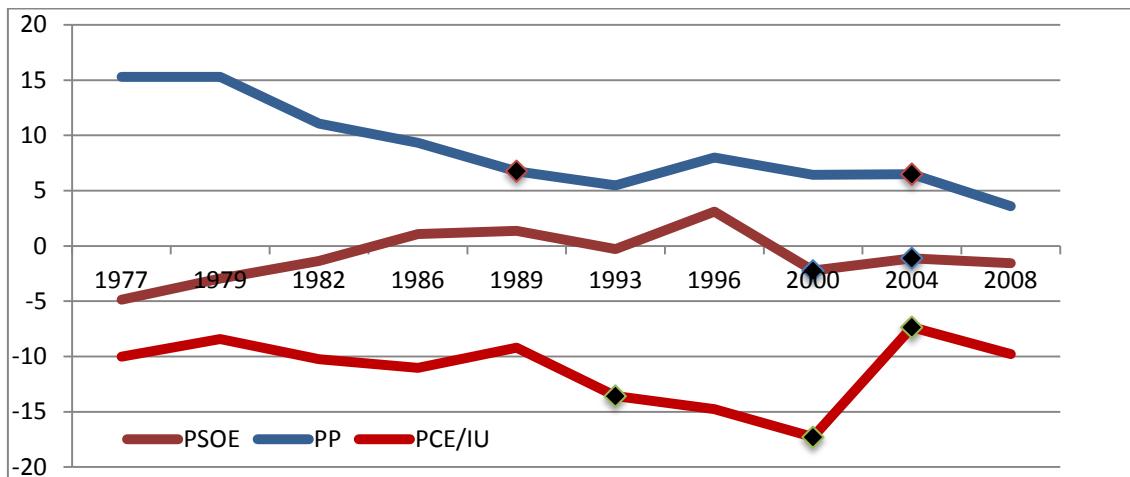
Gráfico 4.1. Evolução ideológica dos partidos portugueses e mudanças de líder



Nota: ◆ Mudança de líder ocorrida antes da eleição. Fontes: base de dados de Jahn; páginas da Internet dos partidos; Wikipedia.

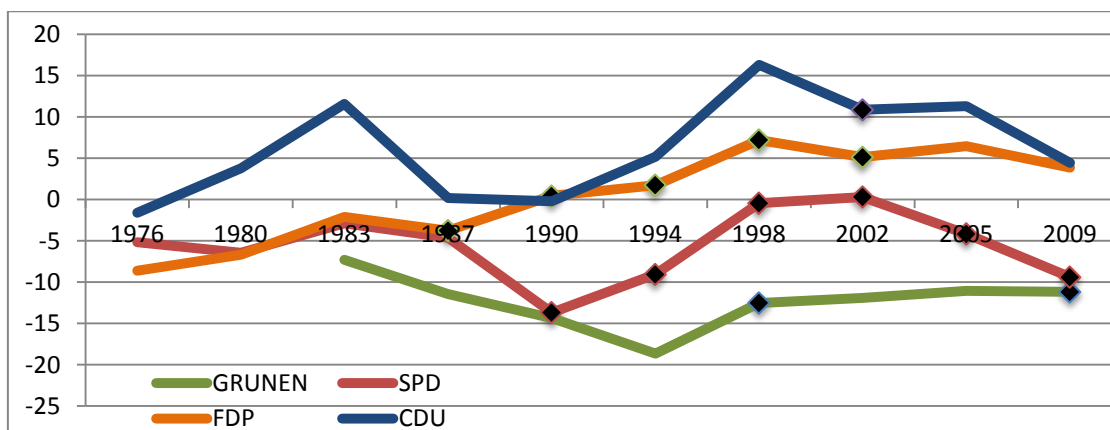
No que respeita ao sistema partidário espanhol, a franja do espaço ideológico de cada partido é muito mais definida do que em Portugal (Gráfico 4.2.). O PP, enquanto ainda era AP, parte de uma posição muito ancorada à direita, observando-se posteriormente uma deslocação progressiva em direcção ao centro, onde estabiliza. O PSOE aparece como o partido mais moderado, nunca saindo muito de posições centrais. Há que realçar ainda a relativa estabilidade das lideranças, registando-se pouquíssimas mudanças, sobretudo quando se compara com Portugal.

Gráfico 4.2. Evolução ideológica dos partidos espanhóis e mudanças de líder



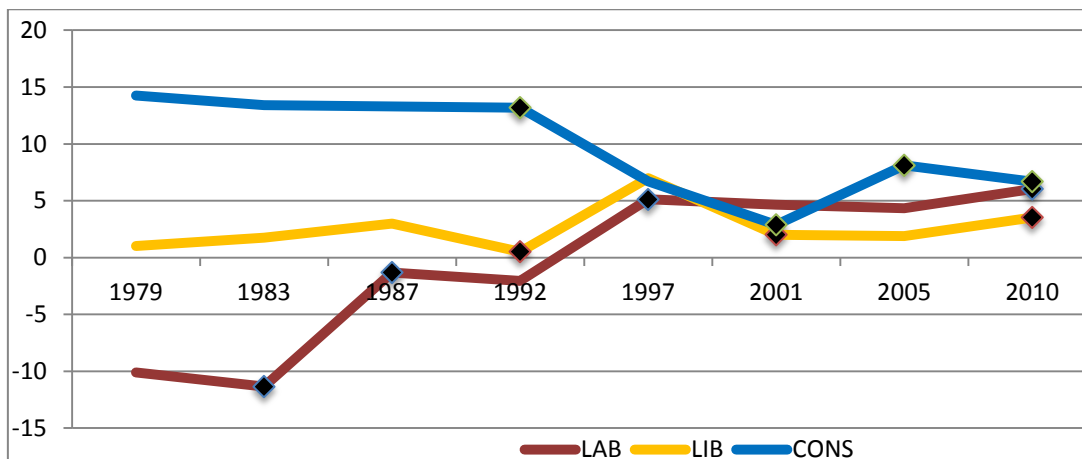
Na Alemanha, a colagem do SPD a posições centrais, quase coincidentes com as do FDP, coloca em evidência um espaço vago à esquerda, que acaba por ser ocupado pelos Verdes, a partir dos anos 1980 (Gráfico 4.3.). Perante o sucesso eleitoral dos Verdes, o SPD viu-se obrigado a recuperar algum do seu argumentário mais à esquerda, durante os anos 1990. O FDP e a CDU têm uma progressão muito semelhante, salvo as distâncias entre ambos, com os conservadores a posicionar-se quase sempre mais à direita e os liberais em posições mais próximas do centro. Esta simetria pode ser explicada pelas várias coligações governamentais em que ambos os partidos participaram em conjunto, durante os anos 1980 e 1990. A CDU e o FDP registam uma viragem à direita, durante os anos 1990, como resposta aos avanços da extrema-direita, centrando-se em temas como a imigração.

Gráfico 4.3. Evolução ideológica dos partidos alemães e mudanças de líder



No Reino Unido, é possível distinguir dois períodos distintos em termos do posicionamento ideológico dos partidos (Gráfico 4.4.). Durante os anos 1980, tanto o partido Trabalhista como os Conservadores estão bastante afastados, firmando posições quase fixas à esquerda e à direita, respectivamente. A partir de 1992, ambos se aproximam do centro, embora com um alinhamento mais direcionado para a direita e com posições progressivamente quase coincidentes.

Gráfico 4.4. Evolução ideológica dos partidos britânicos e mudanças de líder



4.2. Análise quantitativa

Uma das questões mais sensíveis em termos metodológicos com que nos deparamos é de saber a que corresponde a mudança ideológica de um partido político. A base de dados de Jahn dá-nos informação acerca do posicionamento ideológico de cada partido para cada eleição legislativa – tal como o CMP, uma vez que os dados são os mesmos –, pelo que definimos a mudança ideológica como a variação do posicionamento ideológico entre duas eleições consecutivas, isto é, a diferença entre os valores referentes a duas eleições. Aqui levanta-se um dilema metodológico que é o de saber se se deve tratar a variação como um valor absoluto ou manter o sinal da diferença. Por exemplo, se o partido A apresenta o valor -3 para a eleição α e o valor -5 para a eleição seguinte β , então a diferença é de -2. A opção por um ou outro terá impacto na interpretação posterior. Caso se opte por manter o sinal, será possível discernir a direcção da mudança (no nosso exemplo, ficamos a saber que o partido A teve uma ligeira deslocação para a esquerda, uma vez que o sinal é negativo). Por outro lado, tratar a variação ideológica como um valor absoluto oculta-nos o sentido da correlação, mas permite-nos aferir a verdadeira magnitude da variação (temos a informação de que o partido A teve uma ligeira variação de 2 valores). Tendo em conta estas considerações, para uma primeira análise

exploratória, optámos por conceber a mudança ideológica através das duas vias, de forma a conseguir retirar o máximo de informação possível.

Iremos calcular as correlações entre a variável dependente, tratando-a das duas formas que referimos, e as variáveis independentes separadamente por país (Quadro 4.1.). Verifica-se, desde logo, um baixo número de correlações estatisticamente relevantes, sendo que apenas numa delas a relação calculada é forte. Este facto pode estar relacionado com o reduzido número de casos utilizados, que correspondem ao número de eleições vezes o número de partidos, ultrapassando os 30 apenas em Portugal e na Alemanha. Os problemas associados à interpretação de resultados em pesquisas com uma amostra reduzida é a existência de um grande número de variáveis face a um pequeno número de casos (Peters, 1998).

Quadro 4.1. Correlações entre variação ideológica e mudança de líder/número efectivo de facções

País (N)	Mudança de líder		Número efectivo de facções	
	Valor absoluto	Valor não absoluto	Valor absoluto	Valor não absoluto
Portugal (48)	-0,11	-0,29*	-0,11	-0,25#
Espanha (27)	0,64**	0,21	0,27	-0,12
Reino Unido (21)	0,37#	0,13	-0,12	-0,43#
Alemanha (36)	0,10	0,06	-0,26	0,25

Níveis de significância estatística: #p <0,1 *p <0,05 **p <0,01

Outra característica a retirar de uma primeira leitura é a de que, a haver um efeito estatisticamente relevante de uma variável independente sobre a variável dependente, será a mudança de líder a exercê-lo, e não a coligação dominante, aqui medida pelo número efectivo de facções. Uma possível explicação para o pouco impacto que esta variável demonstra, talvez seja a sua condição de *proxy* da mudança de coligação dominante, uma vez que se baseia nos votos das listas candidatas às eleições internas dos partidos, conforme já referimos.

No que concerne aos partidos espanhóis, a correlação entre a variação ideológica (valores absolutos) e a mudança de líder é estatisticamente relevante (0,64). Este valor permite-nos verificar que há uma relação relativamente forte entre as duas variáveis (H1), sendo que a mudança ideológica dos partidos é tanto maior quanto mais tempo está o novo líder em funções. Há que notar que a análise inclui apenas 27 casos, inferior à Alemanha (34) e a Portugal (48) para os quais as relações não são tão significantes, o que nos leva a crer que há efectivamente uma tendência para a mudança de líder ditar uma maior variação ideológica dos partidos espanhóis. Este facto pode ser explicado pelo carácter mais vertical das organizações partidárias

naquele país e pelo papel proactivo que as lideranças têm até na inculcação de novas clivagens sociais (Chhibber e Torcal, 1997).

Para o caso português, o único valor com significado estatístico é o da correlação entre a variação ideológica (valores não absolutos) e a mudança de líder (-0,29). Uma possível interpretação é a de que há uma tendência ligeira para os partidos portugueses, quando mudam de líder, se deslocarem para a esquerda no espectro ideológico. De notar que este comportamento não é partilhado pelos partidos dos restantes países em análise, que apresentam deslocações marginais para a direita, apesar de não exibirem relevância estatística.

Dado estar-se a lidar com amostras muito pequenas, optou-se por reconhecer na análise também as correlações cujo nível de significância corresponde a $p < 0,1$, baixando desta forma o nível de exigência para a aceitação de significância estatística. Este procedimento permite identificar as relações que, apesar de terem menor confiança estatística, poderão ser relevantes para compreender a relação entre as variáveis. Assim, verifica-se que há três novas correlações a considerar.

A variação do número efectivo de facções passa a ter impacto, ainda que limitado, sobre a mudança ideológica em Portugal (-0,25) e no Reino Unido (-0,43). Dado tratar-se em ambos os casos de valores não absolutos da variável independente, verifica-se que há uma tendência, muito limitada em Portugal e ligeiramente mais acentuada no Reino Unido, para haver inflexões à esquerda quando o facciosismo interno dos partidos aumenta.

A outra correlação que se torna estatisticamente relevante, quando aplicado o novo nível de significância, é entre a mudança de líder e variação ideológica no Reino Unido. Tratando-se de um valor absoluto, podemos aferir que quando o líder muda, os partidos britânicos passam por uma variação ideológica, mas muito ligeira quando comparada com os casos das democracias mais recentes.

No que respeita ao comportamento dos partidos, de acordo com a sua tipologia organizativa (H2), volta a colocar-se o problema do tamanho da amostra. Analisando apenas os partidos *catch-all*, a amostra fica ainda mais reduzida (ver base de dados). Posto isto, dificilmente será possível concluir alguma tendência, dado que apenas o impacto dos líderes dos partidos *catch-all* portugueses é significativo (-0,32 para valores não absolutos), embora este efeito seja muito reduzido.

Por outro lado, há algo que pode ser dito sobre os partidos de massas. O PCP representa o partido de massas por excelência, podendo ser considerada também a IU, se bem que o seu carácter coligativo não seja consistente com a unidade orgânica característica do partido de massas. A insensibilidade do PCP às mudanças de líder aponta precisamente para as diferenças

organizativas essenciais entre os partidos de massas e os partidos *catch-all* (Katz e Mair, 1997). Naqueles, as possibilidades de dissensão interna são mais diminutas, agindo antes como um bloco unido.

4.3. Análise quantitativa-qualitativa

Tendo em consideração o problema de obter uma medida quantitativa da mudança da coligação dominante nos partidos políticos, consideramos que é necessária uma aproximação qualitativa, aliás como é usual em alguns estudos sobre o facciosismo (Gillespie *et al.*, 1995; Harmel *et al.*, 1995; Harmel e Tan, 2003). Recorremos, para este fim, à análise de bibliografia secundária sobre o facciosismo interno dos partidos (ver análise detalhada em anexo), de forma a podermos identificar as principais mudanças na coligação dominante. É preciso ressaltar que a análise feita é, necessariamente, subjectiva e, por isso, bastante permeável a críticas metodológicas, comuns à análise qualitativa. Tentámos, ainda assim, reduzir ao máximo o espaço para essa subjectividade, identificando como mudanças na coligação dominante apenas aqueles momentos em que são descritas movimentações facciosas assinaláveis.

A observação tem como ponto de partida a identificação dos momentos de maior inflexão ideológica. Assim, escolhemos as variações ideológicas superiores ao dobro da variação média em cada país (Quadro 4.2.). Um obstáculo que importa referir é a impossibilidade em aceder a bibliografia específica sobre os partidos britânicos e alemães, pelo que não estão presentes nesta análise. Mesmo tendo em conta a perda de informação que comporta esta decisão, optámos por fazer esta análise, apesar de apenas incluir os casos português e espanhol.

Quadro 4.2. Relações entre variação ideológica, mudança de líder e da coligação dominante

Partido (Ano)	Varição Ideológica	Líder	Coligação Dominante
PCP (1976)	13,91	✗	✗
PCP (1991)	12,58	✗	✗
PS (1976)	19,93	✗	✗
PS (1979)	11,57	✗	✓
PS (1985)	8,69	✓	✓
PSD (1979)	18,01	✗	✓
CDS (1985)	11,39	✗	✗
CDS (1991)	12,66	✓	✓
PSOE (2000)	5,34	✓	✗

PP (1982)	4,23	✘	✘
IU (1993)	4,37	✓	✘
IU (2004)	9,94	✓	✓
Total	12	5/12	5/12

Legenda: ✓ - houve mudança; ✘ - não houve mudança

Uma primeira evidência, quando comparamos estes resultados com a análise quantitativa feita anteriormente, é a de que os resultados são, em parte, consistentes. Verificou-se uma correlação relativamente forte entre a mudança de líder e a variação ideológica dos partidos políticos em Espanha e a análise qualitativa aponta no mesmo sentido: em quatro mudanças ideológicas identificadas, três foram precedidas por mudanças de líder.

Analisando os resultados no seu todo, em 12 mudanças ideológicas, cinco foram precedidas de mudanças de líder e/ou de coligação dominante. As variáveis independentes explicam 41,67% das mudanças ideológicas. Em conjunto, são três as variações ideológicas precedidas de mudanças de líder e da coligação dominante simultaneamente (25%).

Esta abordagem qualitativa permite-nos observar um impacto maior das mudanças na coligação dominante sobre a variação ideológica, do que aquilo que se verificou no âmbito das correlações, cujos valores têm muito pouca significância estatística. Em Portugal, esta é inclusive a variável que melhor explica a variação ideológica (4/8), face à mudança de líder (2/8).

Uma nota em relação ao PCP, que se mostra insensível tanto a mudanças de líder como a mudanças na coligação dominante. Como partido com uma organização típica marxista-leninista, a abertura a manifestações de facciosismo é muito reduzida, impossibilitando a edificação e desenvolvimento de facções organizadas com capacidade para desafiar o controlo da coligação dominante (Bosco, 2001). Por outro lado, ao contrário dos partidos *catch-all*, o PCP, como partido de massas, em princípio, não muda a sua liderança em consequência de um resultado eleitoral negativo. A mudança de líder é encarada como um processo cíclico, de renovação geracional, e não como uma necessidade imposta pela competição eleitoral. A IU, apesar de poder ser igualmente considerado um partido de massas, está mais permeável às dinâmicas internas, visto consistir numa coligação de diversas forças políticas, entre elas o PCE, com capacidade para desafiar a coligação dominante em vigor (Verge e Gómez, 2012).

Nos dois partidos portugueses com um maior nível de facciosismo (Quadro 4.3.), o CDS e o PSD, verifica-se que em três mudanças ideológicas, duas tiveram influência de mudanças na coligação dominante. Já no caso do PSOE a coligação dominante não exerce qualquer impacto sobre a variação ideológica. Uma outra indicação é de que nos partidos com

menores níveis de facciosismo, o PCP e o PP, a coligação dominante não tem efeito, mas tão-pouco tem a mudança de líder, levando a considerar que há, para estes dois partidos, outros factores mais relevantes para a determinação da posição ideológica.

Quadro 4.3. Nível de facciosismo nos partidos portugueses e espanhóis (1975-2009)

Partido	Nível de Facciosismo
PS	1,19
PSD	1,63
CDS	1,38
PCP	1,00
PSOE	1,34
PP	0,94
IU	1,16

Nota: O nível de facciosismo foi calculado através da média do número efectivo de facções (ver base de dados em anexo).

No caso do PP, a variação ideológica mais assinalável ocorre em 1982, após uma votação, em 1979, muito baixa (6,1%), o que pode explicar a decisão de modificar uma plataforma eleitoral, imutável desde as primeiras eleições, em 1977, e proceder a uma aproximação ao centro do espectro político. A posição muito forte de Manuel Fraga nestes primeiros anos (Nieto, 1995) pode ajudar a explicar como é que, perante derrotas eleitorais desta magnitude, o líder se conseguiu manter no poder e até reformular o posicionamento ideológico do partido.

Como já referimos, a lógica que preside às mudanças de líder no PCP não está relacionada com razões de ordem eleitoral. As duas variações ideológicas mais assinaláveis do PCP parecem indiciar uma influência de factores conjunturais. A primeira variação foi logo entre as duas primeiras eleições democráticas (1975 e 1976) e parece ter sido um “acerto” estratégico. Após a revolução de 1974, o clima político em Portugal deu azo a uma “esquerdização” do sistema partidário, com todos os partidos, independentemente da matriz ideológica que os caracterizou posteriormente, a adoptar uma retórica própria da esquerda revolucionária (à excepção, possivelmente, do CDS). Assim, os primeiros anos de democracia em Portugal serviram para os partidos, incluindo o PCP, readaptarem o seu posicionamento ideológico, como se observa pelo facto de as maiores variações ideológicas terem ocorrido quase na sua totalidade até aos anos 1980. De resto, o PCP não se voltou a aproximar sequer do posicionamento registado nas primeiras eleições (-28,8). A outra variação detectada (1991) ocorre nas primeiras eleições após a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, acontecimento que levou diversos partidos comunistas na Europa Ocidental a uma reorientação programática e, até, à própria dissolução ou reconversão.

Abordamos agora as mudanças da coligação dominante (PS, 1979 e 1985; PSD, 1989; CDS, 1991; IU, 2004), do ponto de vista do tipo de facções em jogo (Zariski, 1960: 36-37). Entre 1977 e 1979, o PS assiste a várias cisões internas, quase sempre originadas pela ruptura de franjas mais à esquerda do líder, que viam o partido a entrar no *mainstream* ideológico e a negar as suas origens revolucionárias (Corkill, 1995; Sablosky, 1997). Em 1985, a mudança da coligação dominante ocorre em simultâneo com uma mudança na liderança (Constâncio substitui Soares), o que torna mais difícil controlar a mudança no círculo de poder. Por um lado, há sempre um factor de personalização após a entrada de um novo líder, que vai querer colocar em posições de destaque pessoas da sua maior confiança. Mas, a vitória de Constâncio representou uma vitória dos *tecnocratas* (Sablosky, 1997), grupo de militantes mais jovens, defensores da social-democracia (Corkil, 1995).

A mudança na coligação dominante do PSD em 1979 dá-se com a saída do grupo das *opções inadiáveis*, crítico sobretudo da liderança de Sá Carneiro, ou seja, apresentavam uma vocação personalista. Contudo, a sua diferenciação em relação à liderança também era feita no plano ideológico, onde se posicionavam à esquerda da direcção.

No caso do CDS em 1991, convivem mais uma vez a mudança de líder em simultâneo com a mudança da coligação dominante. Neste caso, a mudança é altamente ideológica, pois representa uma “refundação” do CDS, que muda inclusive de nome para PP. O partido adopta uma posição mais centrista, abandonando a matriz católica, e assume o eurocepticismo.

Em Espanha, o único caso de uma mudança na coligação dominante ocorre com a IU, em 2004. Como agregação de várias organizações de esquerda, é de esperar um combate faccioso pelo controlo do partido. Dominado desde a sua fundação pelo PCE, os sucessivos maus resultados levam a uma mudança na correlação de forças, com as plataformas menos radicais a assumirem o controlo da coligação dominante a partir do início dos anos 2000 (Verge e Gómez, 2012).

Três das cinco mudanças na coligação dominante detectadas ocorreram por via de facções ideológicas. No entanto, não se pode desprezar o efeito das facções personalísticas, pelo menos no contexto das democracias mais recentes. Apesar de estas facções não terem como objectivo principal a mudança programática, mas sim a promoção de uma personalidade no interior da organização partidária (Zariski, 1960), a sua entrada na coligação dominante parece corresponder a reorientações ideológicas.

A nossa análise vem comprovar que a mudança dos partidos nas democracias mais recentes, depende, em grande escala, de estímulos internos, não estando apenas dependente da *performance* eleitoral, uma conclusão semelhante à da teoria integrada (Harmel *et al.*, 1995).

Nos 12 casos em apreço, em Portugal e Espanha, sete variações ideológicas foram precedidas de mudanças de líder e/ou mudanças na coligação dominante. Mais, se excluirmos o *outlier* PCP, como partido de massas *par excellence*, passam a ser sete em dez variações ideológicas que se seguiram a mudanças nas dinâmicas internas dos partidos políticos, reforçando o papel dos factores endógenos.

NOTAS CONCLUSIVAS

Dentro das relações entre as variáveis em estudo com significado estatístico, é possível verificar uma tendência para que os líderes dos partidos de democracias menos consolidadas (Portugal e Espanha) exerçam um maior impacto sobre a orientação ideológica dos seus próprios partidos (H1). A diferença das tendências que os líderes têm para exercer mudanças ideológicas nos seus partidos é, desta forma, bem demarcada, entre os partidos de países com maior ou menor maturação democrática. Podemos dizer, com alguma segurança, que a Hipótese 1 foi comprovada empiricamente.

Em relação ao diferente impacto dos líderes consoante o tipo de partido (H2), coloca-se o problema metodológico da significância estatística que, com a redução do número de casos (contabilizando apenas os partidos *catch-all*), ainda fica mais reduzida. Assim, não é possível provar a validade da Hipótese 2.

Verifica-se que a Hipótese 3, que relaciona o nível de facciosismo interno com o efeito exercido pela coligação dominante dentro dos casos em estudo, é comprovada em duas das três situações em que há uma variação ideológica assinalável nos partidos com maior facciosismo. O pequeno número de casos não deverá, contudo, ser suficiente para comprovar a validade desta hipótese.

A influência do tipo de facções sobre o impacto que a coligação dominante pode exercer sobre o posicionamento ideológico dos partidos (H3.1) é também apenas parcialmente observável. Nas cinco variações ideológicas decorrentes de mudanças na estrutura da coligação dominante, três têm origem em movimentações de facções ideológicas, de acordo com a literatura secundária.

Queremos terminar por alertar uma vez mais que estas observações são feitas a partir de análise de uma amostra reduzida, pelo que há que encarar as conclusões aqui apresentadas com alguma cautela. No entanto, consideramos que os pontos principais da análise efectuada não perdem força devido à reduzida significância estatística das correlações. A opção por aprofundar a análise de um ponto de vista qualitativo permitiu reaproveitar alguns dados

estatísticos (nomeadamente a variação ideológica) e fazer uma contextualização dentro do quadro teórico que nos guiou. Posto isto, devemos assumir que as conclusões retiradas deste estudo devem ser encaradas como tendências próprias de casos de estudo, não podendo constituir generalizações. Consideramos que o trabalho realizado abre alguns caminhos para uma investigação futura, nomeadamente através de análises multivariadas que permitam um melhor controlo sobre as variáveis intervenientes, ou de análises conjugadas para aumentar o número de casos.

BIBLIOGRAFIA

Adams, James *et al.* (2006), “Are Niche Parties Fundamentally Different from Mainstream Parties? The Causes and Consequences of Western European Parties’ Policy Shifts, 1976-1998”, *American Journal of Political Science*, 50(3), pp. 513-529;

Appleton, Andrew M. e Daniel S. Ward (1997), “Party Response to Environmental Change: A Model of Organizational Innovation”, *Party Politics*, Julho, 3(3), pp. 341-362;

Astudillo, Javier e Elena García-Guereta (2006), “If It Isn’t Broken, Don’t Fix It: The Spanish Popular Party in Power”, *South European Society and Politics*, 11(3-4), pp. 399-417;

Belchior, Ana e André Freire (2011), “A Lei da Disparidade Curvilinear revisitada. O caso dos partidos políticos portugueses”, em *Revista de Ciências Políticas e Sociais*, nº2, pp. 49-67;

Bille, Lars (1997), “Leadership Change and Party Change: The Case of the Danish Social Democratic Party, 1960-95”, *Party Politics*, Julho, 3(3), pp. 379-390;

Bornschieer, Simon (2011), “The New Cultural Divide and the Two-Dimensional Political Space in Western Europe”, em Zsolt Enyedi e Kevin Deegan-Krause (eds.), *The Structure of Political Competition in Western Europe*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 5-30;

Bosco, Anna em colaboração com Carlos Gaspar (2001), “Four Actors in Search of a Role: The Southern European Communist Parties”, em Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther (eds.), *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, pp. 329-387;

Boucek, Françoise (2002) “The Structure and Dynamics of Intra-Party Politics in Europe”, *Perspectives on European Politics and Society*, 3(3), pp. 453-493;

Boucek, Françoise (2009) “Rethinking Factionalism: Typologies, Intra-Party Dynamics and Three Faces of Factionalism”, *Party Politics*, 15(4), pp. 455-485;

Bruneau, Thomas C. *et al.* (2001), “Democracy, Southern European Style”, em P. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther (eds.), *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, pp. 16-82;

Budge, Ian (1987), “The Internal Analysis of Election Programmes”, em Ian Budge, D. Robertson e D. Hearl (eds.), *Ideology, Strategy and Party Change: Spatial Analysis of Post-War Election Programmes in 19 Democracies*, Cambridge, Cambridge University Press;

Budge, Ian (1994), “A New Spatial Theory of Party Competition: Uncertainty, Ideology and Policy Equilibria Viewed Comparatively and Temporally”, *British Journal of Political Science*, 24, pp. 443-467;

Budge, Ian, Lawrence Ezrow e Michael D. McDonald (2010), “Ideology, Party Factionalism and Policy Change: An integrated dynamic theory”, *British Journal of Political Science*, 40(4), pp. 781-804;

Chhibber, Pradeep e Mariano Torcal (1997), “Elite Strategy, Social Cleavages, and Party Systems in a New Democracy: Spain”, *Comparative Political Studies*, 30(1), pp. 27-54;

Dalton, Russell J. (1984) "Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Societies", *The Journal of Politics*, 46(1), pp. 264-284;

Demker, Marie (1997), “Changing Party Ideology: Gaullist Parties Facing Voters, Leaders and Competitors”, *Party Politics*, Julho, 3(3), pp. 407-426;

Deschouwer, Kris (1992), “The Performance of Organizational Forms: A Conceptual Framework for the Understanding of Party Adaptation and Change”, versão revista da apresentação no Workshop *Democracies and the Organization of Political Parties*, European Consortium for Political Research, Limerick, Irlanda, 30 Março a 4 Abril;

Dinas, Elias e Kostas Gemenis (2010), “Measuring Parties’ Ideological Positions with Manifesto Data: A Critical Evaluation of Competing Methods”, *Party Politics*, 16(4), pp. 427-450;

Downs, Anthony (1957), *An Economic Theory of Democracy*, Boston, Addison Wesley;

Duverger, Maurice (1970) [1951], *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores;

Edwards, Erica E. e Jan Rovny (2008), “Struggle Over Dimensionality: Party Competition in Europe”, trabalho apresentado no 3rd *Pan-European Conference on EU Politics*, Riga, Letónia, 25 a 27 de Março;

Edwards, Erica E. (2009), “Products of Their Past? Cleavages and Intra-Party Dissent over European Integration”, *Political Science Series*, 118, Fevereiro, Viena;

Frain, M. (1997), “The Right in Portugal: The PSD and CDS/PP”, em Thomas Bruneau (ed.), *Political Parties and Democracy in Portugal: Organizations, Elections and Public Opinion*, Westview Press, Boulder e Oxford, pp. 77-111;

O Impacto da Mudança de Líder e da Coligação Dominante sobre a Orientação Ideológica dos Partidos Políticos

Franzmann, Simon e André Kaiser (2006), “Locating Political Parties in Policy Space: A Reanalysis of Party Manifesto Data”, *Party Politics*, 12, pp. 163-88;

Franzmann, Simon (2013), “Towards a real comparison of left-right indices: A comment on Jahn”, *Party Politics*, pp. 1-8;

Freire, André, Manuel Meirinho e Diogo Moreira (2008), *Para uma melhoria da representação política: A reforma do sistema eleitoral*, Lisboa, Sextante Editora;

Gabel, M.J. e John D. Huber (2000), “Putting Parties in Their Place: Inferring Party Left-Right Ideological Positions from Party Manifestos Data”, *American Journal of Political Science*, Janeiro, 44(1), pp. 94-103;

Gillespie, Richard (1992), “Factionalism in the Spanish Socialist Party”, *Working Paper*, 59, Institut de Ciències Polítiques i Socials, Barcelona;

Gillespie, Richard (1995), “Factionalism, the Left and the Transition to Democracy in Spain”, em Richard Gillespie, Michael Waller e Lourdes López Nieto (eds.), *Faction Politics and Democratization*, Londres, Frank Cass, pp. 45-63;

Gillespie, Richard, Michael Waller e Lourdes López Nieto (eds.) (1995), *Factional Politics and Democratization*, Londres, Frank Cass;

Harmel, R. e Kenneth Janda (1994), “An Integrated Theory of Party Goals and Party Change”, *Journal of Theoretic Politics*, 6(3), pp. 259-287;

Harmel, Robert et al. (1995), “Performance, Leadership, Factions, and Party Change: An Empirical Analysis”, *West European Politics*, Janeiro, 18(1), pp. 1-33;

Harmel, Robert (2002), “Party Organizational Change: Competing Explanations”, em Kurt Richard Luther e Ferdinand Müller-Rommel (eds.), *Political Parties in the New Europe: Political Analytical Challenges*, Oxford, Oxford University Press;

Harmel, R. e Alexander C. Tan (2003), “Party actors and party change: Does factional dominance matter?”, *European Journal of Political Research*, 42, pp. 409-424;

Herzog, Hanna (1986), “Political Factionalism: The Case of Ethnic Lists in Israel”, *The Western Political Quarterly*, 39(2), pp. 285-303;

Inglehart, Ronald (1977), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton, Princeton University Press;

Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press;

O Impacto da Mudança de Líder e da Coligação Dominante sobre a Orientação Ideológica dos Partidos Políticos

Jahn, Detlef (2011), “Conceptualizing Left and Right in comparative politics: Towards a deductive approach”, *Party Politics*, 17(6), pp. 745-765;

Jalali, Carlos (2007), *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais;

Janda, Kenneth (1980), *Political Parties: A Cross-National Survey*, Nova Iorque, The Free Press;

Janda, Kenneth (1990), “Toward a Performance Theory of Change in Political Parties”, comunicação apresentada no 12th World Congress of the International Sociological Association, 9-13 de Julho, Madrid;

Janda, Kenneth et al. (1995), “Changes in Party Identity: Evidence from Party Manifestos”, *Party Politics*, 1(2), pp. 171-196;

Katz, Richard S. e Peter Mair (1995), “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”, *Party Politics*, 1(1), pp. 5-28;

Katz, Richard S. e Peter Mair (1997), “Party Organization, Party Democracy and the Emergence of the Cartel Party”, em Peter Mair, *Party System Change: Approaches and Interpretations*, Oxford, Oxford University Press;

Keman, Hans (2007), “Experts and Manifestos: Different Sources – Same Results for Comparative Research?”, *Electoral Studies*, 26, pp. 76-89;

Kenig, Ofer (2008), “Democratization of Party Leadership Selection: Do Wider Selectorates Produce More Competitive Contests?”, *Electoral Studies*, 28, pp. 240-247;

King et al. (1994), *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, Princeton, Princeton University Press;

Kirchheimer, Otto (1965), “El camino hacia el partido de todo el mundo”, em Kurt Lenk e Franz Neumann (eds.), *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*, Barcelona, Editorial Anagrama;

Kitschelt, Herbert (1994), *The Transformation of European Social Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press;

Knutsen, Oddbjorn (1988), “The Impact of Structural and Ideological Party Cleavages in Western European Democracies: A Comparative Empirical Analysis”, *British Journal of Political Science*, Julho, 18(3), pp. 323-352;

Knutsen, Oddbjorn (2011), “The Regional Cleavage in Western Europe: Can Social Composition, Value Orientations and Territorial Identities Explain the Impact of Region on Party Choice?”, em Zsolt Enyedi e Kevin Deegan-Krause (eds.), *The Structure of Political Competition in Western Europe*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 139-171;

O Impacto da Mudança de Líder e da Coligação Dominante sobre a Orientação Ideológica dos Partidos Políticos

Köllner, Patrick e Matthias Basedau (2005), “Factionalism in Political Parties: An Analytical Framework for Comparative Studies”, *Working Papers: Global and Area Studies*, 12, German Overseas Institute;

Kriesi, H. *et al.* (2008), “Globalization and its impact on national spaces of competition”, em Hanspeter Kriesi *et al.*, *West European Politics in the Age of Globalization*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-22;

Laakso, M., Taagepera, R. (1979), “Effective Number of Parties: A Measure With Application to Western Europe”, *Comparative Political Studies*, 12(1), pp. 3–27;

Laver, Michael e Ian Budge (1992), “Measuring Policy Distances and Modeling Coalition Formation”, em Michael Laver e Ian Budge (eds.), *Party Policy and Government Coalitions*, Basingstoke, Macmillan, pp. 15-40;

Laver, Michael e Kenneth A. Shepsle (1999), “How Political Parties Emerged from the Primeval Slime: Party Cohesion, Party Discipline, and the Formation of Governments”, em Shaun Bowler, David M. Farrell e Richard S. Katz (eds.), *Party Discipline and Parliamentary Government*, Columbus, Ohio State University Press, pp. 23-48;

Lipset, Seymour Martin e Stein Rokkan (1967), “Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments: an Introduction”, em Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (eds.), *Party System and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, Nova Iorque, The Free Press;

Lisi, Marco (2009), *A Arte de Ser Indispensável: Líder e organização no Partido Socialista Português*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa;

Lisi, Marco (2011), *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*, Almedina, Coimbra;

Lobo, Marina Costa (2003), “A Elite Partidária em Portugal, 1976-2002: Dirigentes, deputados e membros do Governo”, em António Costa Pinto e André Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta Editora, pp. 249-275;

Lopes, Fernando Farelo e André Freire (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*, Celta Editora, Oeiras;

Mair, Peter (1997), *Party System Change: Approaches and Interpretations*, Oxford, Clarendon Press;

Mair, Peter (2001), “Searching for the positions of political actors”, em Michael Laver (ed.), *Estimating the Policy Positions of Political Actors*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 10-30;

May, John D. (1973), “Opinion Structure of Political Parties: The Special Law of Curvilinear Disparity”, em *Political Studies*, 21(2), pp. 135-151;

O Impacto da Mudança de Líder e da Coligação Dominante sobre a Orientação Ideológica dos Partidos Políticos

McDonald, Michael D. e Silvia M. Mendes (2001), “The policy space of party manifestos”, em Michael Laver (ed.), *Estimating the Policy Positions of Political Actors*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 90-114;

Michels, Robert (2001), *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna: Investigação sobre as Tendências Oligárquicas da Vida dos Agrupamentos Políticos*, Lisboa, Antígona;

Montero, José Ramón, Kerman Calvo e Álvaro Martínez (2008), “El voto religioso en España y Portugal”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, LXVI (51), pp. 19-54;

Nieto, Lourdes López (1995), “The Centre-Right in Spain, 1976-82”, em Richard Gillespie, Michael Waller e Lourdes López Nieto (eds.), *Faction Politics and Democratization*, Londres, Frank Cass, pp. 31-44;

Panbianco, Angelo (1982), *Modelos de Partido: Organización y Poder en los Partidos Políticos*, Madrid, Alianza Editorial;

Pelizzo, Riccardo (2003), “Party Positions or Party Direction? An Analysis of Party Manifesto Data”, *West European Politics*, 26(2), pp. 67-89;

Pennock, J. Roland e David G. Smith (1964), *Political Science: An Introduction*, Nova Iorque, The Macmillan Company;

Peters, B. Guy (1998), *Comparative Politics: Theory and Methods*, Nova Iorque, New York University Press;

Pillet, Jean-Benoit e William Cross (2013), *The Selection of Political Party Leaders in Contemporary Parliamentary Democracies*, Londres, Routledge (no prelo);

Poguntke, Thomas e Paul Webb (2005), “The Presidentialization of Politics in Democratic Societies: A Framework for Analysis”, em Thomas Poguntke e Paul Webb (eds.) *The Presidentialization of Politics: A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-25;

Pridham, Geoffrey (1995), “Party Systems, Factionalism and Patterns of Democratization: Cross-National Comparisons in Southern Europe”, em Richard Gillespie, Michael Waller e Lourdes López Nieto (eds.), *Faction Politics and Democratization*, Londres, Frank Cass, pp. 8-30;

Sartori, Giovanni (1976), *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press;

Scarrow, Susan E., Paul Webb e David M. Farrell (2000), “From Social Integration to Electoral Contestation: The Changing Distribution of Power within Political Parties”, em Russell J. Dalton e Martin P. Wattenberg (eds.), *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.

O Impacto da Mudança de Líder e da Coligação Dominante sobre a Orientação Ideológica dos Partidos Políticos

Sitter, Nick (2002), “Cleavages, Party Strategy and Party System Change in Europe, East and West”, *Perspectives on European Politics and Society*, 3(3), pp. 425-451;

Stoll, Heather (2011), “Elite-Level Conflict Salience and Dimensionality in Western Europe: Concepts and Empirical Findings”, em Zsolt Enyedi e Kevin Deegan-Krause (eds.), *The Structure of Political Competition in Western Europe*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 31-59;

Van Biezen, Ingrid (2003), *Political Parties in New Democracies: Party Organization in Southern and East-Central Europe*, Palgrave MacMillan, Nova Iorque;

Vassallo, Francesca e Clyde Wilcox (2002), “Party as a Carrier of Ideas”, em Richard S. Katz e William Crotty (eds.) *Handbook of Political Parties*, Londres, Sage Publications;

Verge, Tània e Raúl Gómez (2012), “Factionalism in multi-level contexts: When party organization becomes a device”, *Party Politics*, 18(5), pp. 667-685;

Zariski, Raphael (1960), “Party Factions and Comparative Politics: Some Preliminary Observations”, *Midwest Journal of Political Science*, 4(1), Fevereiro, pp. 27-51.

ANEXOS

Anexo A – Análise de literatura secundária sobre o facciosismo interno dos partidos espanhóis e portugueses

Espanha

AP/PP (Alianza Popular/Partido Popular)

A refundação da Alianza Popular (AP) ocorrida em 1989 – e consequente mudança de nome para Partido Popular (PP) – marca a divisão em dois períodos distintos na evolução organizativa deste partido de centro-direita. Apesar do carácter fragmentado que a sua origem evidencia, “a personalidade dominante do líder levou ao enfraquecimento ou à limitação da habilidade dos seus colaboradores” (Nieto, 1995: 39) em tentar obter o poder dentro do partido.

Após as eleições de 1986, em que a AP voltou a ficar atrás dos socialistas do PSOE, Manuel Fraga decide retirar-se da liderança do partido. Para a sua sucessão concorrem Miguel Herrero de Miñon, líder parlamentar e presidente interino, e Hernández Mancha, presidente da delegação da Andaluzia. A vitória de Mancha desagradou, contudo, a direcção do partido, e as pressões da facção derrotada para que os seus candidatos fossem incluídos nas listas para as próximas eleições motivaram a instabilidade interna (Verge e Gómez, 2012). Fraga regressou ao partido em 1988 e procedeu a uma refundação e à integração de alguns partidos mais pequenos que já haviam sido parceiros de coligação. O partido muda de nome para Partido Popular e “consegue finalmente encapsular todas as famílias da direita e do centro-direita a nível nacional” (Astudillo e García-Guereta, 2006: 401).

Fraga propõe para seu sucessor José María Aznar, “membro relevante da coligação dominante” (Astudillo e García-Guereta, 2006: 401), que concorre às eleições de 1989, com resultados satisfatórios, apesar da vitória socialista. Para além dos incentivos estatutários que tornam o PP num partido altamente centralizado, a própria gestão de Aznar é uma fonte de pacificação interna: os elementos que poderiam constituir ameaças à liderança foram colocados em postos-chave do governo. A estabilidade na coligação dominante foi igualmente garantida pelos bons resultados obtidos pelo PP, entre os quais as duas vitórias nas eleições legislativas de 1996 e 2000.

A sucessão de Aznar foi também ela realizada sem qualquer conflito interno. Depois de escutar a coligação dominante, a escolha recaiu em Mariano Rajoy, que foi eleito em Outubro de 2004, contando até com o apoio daqueles que poderiam perfilar-se para suceder a Aznar. Apesar da mudança de líder, “a coligação dominante do PP não passou por mudanças fundamentais” (Astudillo e García-Guereta, 2006: 410).

PSOE (Partido Socialista Obrero Español)

Os primeiros traços de facciosismo no PSOE remetem ainda para o período prévio à transição democrática. O congresso de 1972 foi palco da vitória dos *renovadores*, que pretendiam uma atualização da linha programática do partido e o regresso a Espanha da direcção, na altura exilada em Toulouse, para integrar uma frente ampla de combate ao Franquismo.

Felipe González lidera, mais tarde, a federação de Sevilha, crítica da direcção em Madrid. Apesar da sua retórica de esquerda, o grupo de Sevilha adoptou uma postura pragmática, tendo conseguido o apoio de grupos mais revolucionários, como as Juventudes Socialistas, mas também da importante federação do País Basco. A subida ao poder de González correspondeu à perda de influência da direcção de Madrid e ao controlo da coligação dominante pela corrente *oficialista*, que abarcava moderados mas também alguns radicais e, pela primeira vez, católicos, em virtude da participação do próprio González em organizações católicas na juventude.

Depois das primeiras eleições, em 1977, a liderança do PSOE tomou uma postura pragmática e eleitoralista, o que passou pela personalização do partido em torno da figura de González. É no final dos anos 1970 que a oposição interna sobe de tom, através dos *críticos*, ao que a cúpula do partido responde com a integração de pequenos partidos socialistas regionais, como o Partido Socialista Catalão (PSC), entre outros, e do Partido Socialista Popular (PSP), cujo apoio a González era automaticamente garantido, em virtude da distribuição de lugares e cargos que lhes era feita.

O congresso de 1979 marca a consolidação da liderança de González dentro do partido e do poder da coligação dominante *oficialista*. Alguns dos elementos críticos optaram por sair do partido, enquanto aqueles que permaneceram integraram aquela que passaria a ser a única corrente oficialmente reconhecida pelo partido, a *Izquierda Socialista* (Gillespie, 1995).

A subida ao poder depois das eleições de 1982 veio dar início a mais de uma década de governos socialistas, que correspondeu ao período de maior coesão interna no PSOE. A chave para entender a durabilidade deste período reside na relação entre Felipe González e Alfonso Guerra, secretário-geral do partido. A coligação entre *oficialistas* e *guerristas* vem assegurar que o partido, “assim como o seu grupo parlamentar fariam eco fielmente da mensagem do governo” (Gillespie, 1992: 8).

A quebra desta relação inicia-se no final dos anos 1980 com a descoberta de um caso de corrupção envolvendo Juan Guerra, irmão de Alfonso Guerra, e que, de certa forma, o

implicava. Num primeiro momento, González defende a permanência de Guerra no governo, mas “o desejo de fazer da economia espanhola internacionalmente competitiva eventualmente persuadiu González a entregar aos liberais a chefia do governo” (Gillespie, 1992: 14), o que acontece em 1991. Com a substituição da coligação dominante, a instabilidade interna do partido disparou, situação que se veio a agravar com a passagem para a oposição na sequência da derrota nas eleições de 1996. No congresso de Junho de 1997, Felipe González anuncia que não irá concorrer à liderança do partido e indica Joaquín Almunia, seu antigo ministro, para secretário-geral. A forma como o processo de substituição de González foi conduzido foi alvo de diversas críticas, sobretudo pela ausência de debate (Lago, 2006).

De forma a obter legitimação interna, Almunia convoca eleições primárias para decidir o candidato a primeiro-ministro às eleições de 2000. A vitória coube a Josep Borrell, também ele antigo ministro de González. Contudo, depois de um ano de difícil coabitação entre os dois, Borrell afasta-se na sequência de revelações sobre o seu envolvimento num escândalo de corrupção. A menos de um ano das eleições, Almunia torna-se no único candidato viável, acabando por ser a opção. As eleições ditam uma derrota pesada aos socialistas e Almunia anuncia a sua demissão na própria noite.

O congresso, realizado no mesmo ano, elege o desconhecido José Luis Zapatero como líder do partido, vencendo surpreendentemente José Bono, da mesma geração de González e favorito das cúpulas, Rosa Díez, que havia sido candidata à federação basca, e Matilde Fernández, *guerrista* que tinha sido ministra de González. A disputa interna não foi ancorada tanto em questões ideológicas, mas sim na necessidade de uma mudança em termos organizacionais e estratégicos para o período de oposição que se avizinhava. A vitória de Zapatero colocou em evidência a ânsia do PSOE em romper com o período felipista.

IU (Izquierda Unida)

A IU, formada por uma coligação de partidos de esquerda, entre os quais o Partido Comunista de Espanha (PCE), foi formada em 1986 e desde essa altura é possível distinguir dois episódios principais de manifestações de facciosismo. As divisões entre o PCE, a força dominante dentro do partido, e as restantes formações estiveram sempre ligadas a estes episódios (Verge e Gómez, 2012).

O primeiro, ocorrido no início da década de 1990, esteve relacionado com as diferentes perspectivas em relação ao radicalismo que o partido deveria assumir e à estratégia a assumir com o PSOE em termos de alianças (Verge e Gómez, 2012). Questões envolvendo a integração total do PCE na IU também dividiam os *modernizadores* e a ala ortodoxa (Bosco, 2001). O PCE

opunha-se à deriva centrista do partido e à aproximação ao PSOE que algumas estruturas locais da IU puseram em curso. Em 1992, inicia-se um processo de maior abertura à criação e reconhecimento de facções com a criação da *Nueva Izquierda*, que viria a ser reconhecida pelo partido como “facção federal” (Verge e Gómez, 2012: 676). Apesar da pouca expressão que a *Nueva Izquierda* conseguia obter a nível nacional, alcançou, em várias regiões, o controlo da coligação dominante. Desta forma, desafiou directamente o partido ao estabelecer coligações com o PSOE a nível regional (Verge e Gómez, 2012), contrariando a estratégia de radicalização da organização central da IU. “A coligação dominante federal apertou gradualmente o controlo sobre a estrutura territorial” (Verge e Gómez, 2012: 677), obrigando à ratificação das listas regionais pela organização central, assim como a aprovação das coligações. O PCE proibiu igualmente os seus membros de integrarem facções com orientações contrárias à posição oficial do partido.

O segundo episódio de facciosismo na IU teve como catalisador os maus resultados eleitorais a nível local e europeu, em 1999, e a nível nacional, em 2000. Com uma nova distribuição interna do poder, emerge uma nova coligação dominante. A nova liderança lançou um processo de diminuição da radicalização do partido, com o intuito de o inserir num contexto “pós-comunista e eco-socialista” (Verge e Gómez, 2012: 677), para além de passar a assumir uma postura mais pragmática em relação ao PSOE. Apesar de ter perdido a influência que tinha sobre a coligação dominante, o PCE ainda retinha um considerável contingente, que rejeitava o discurso eco-socialista, considerando-o uma ameaça à identidade e à herança comunista do partido. A solução encontrada pela maioria da coligação dominante foi o aumento de relevo das delegações regionais do partido, nas quais o PCE via a sua influência declinar.

Portugal

PPD/PSD (Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata)

É comum caracterizar-se o PSD, no momento da sua criação, como “uma federação de partidos ou uma associação de barões” (Corkill, 1995: 70), o que mostra a elevada tendência para a formação de facções internas. Na raiz dos altos níveis de facciosismo¹⁴ estão “a composição ideologicamente ecléctica do partido, o recrutamento de poderosos ‘barões’ locais (com aspirações de chegar à liderança) e as diferenças sobre a forma de o partido alcançar o poder” (Frain, 1997: 87). Convém sublinhar a importância das lideranças fortes como forças

¹⁴ O PSD é o partido que apresenta o maior número efectivo médio de facções (1,63), de acordo com os nossos dados. O CDS tem uma média de 1,38 e o PS de 1,19.

aglutinadoras das diferentes tendências, mas simultaneamente tornam o partido vulnerável aos períodos de vácuo na liderança.

Francisco Sá Carneiro assume a matriz de centro-direita que o partido deve seguir, durante o congresso de Aveiro, em Dezembro de 1975. Apesar das vozes discordantes, Sá Carneiro acabaria por sair vitorioso do congresso que marca a primeira dissidência no partido, e os 14 delegados críticos abandonam o partido para fundar o Movimento Social Democrático (MSD), que se viria a aproximar do PS.

Em Janeiro de 1978, Sá Carneiro abandona a liderança do partido em protesto pela falta de apoio interno à sua estratégia de oposição à presidência de Ramalho Eanes e ao governo PS/CDS, mas regressa logo em Julho “triumfalmente” (Frain, 1997: 88). O embate deu-se entre os liberais-populistas *sá-carneiristas* e o grupo das *opções inadiáveis*, composto por tecnocratas que se posicionavam à esquerda de Sá Carneiro. As relações entre os dois grupos entraram num ponto sem retorno quando é aprovada uma alteração aos estatutos que prevê a submissão do grupo parlamentar – composto na sua maioria por *inadiáveis* – às decisões da Comissão Política. Em Abril de 1979, 37 deputados demitem-se do partido, permanecendo na Assembleia como independentes, e que acabariam por fundar a Associação Social-Democrata Independente (ASDI), liderada por Magalhães Mota, um dos fundadores do PSD (Corkill, 1995).

Com a morte de Sá Carneiro, em 1980, criou-se um vazio na liderança do PSD e o partido passou por um agudizar dos conflitos internos. Francisco Pinto Balsemão, um dos elementos do grupo dos *inadiáveis* que optou por não sair (Frain, 1997: 89), assumiu a liderança do partido e do governo, mas nunca deixou de ser atacado pelos *críticos*, liderados por Cavaco Silva e Eurico de Melo, que reprovavam a proximidade a Eanes e ao CDS. Após a demissão de Balsemão, em Dezembro de 1982, o facciosismo interno assumiu proporções mais elevadas perante a expectativa de tomada do poder. As divisões internas eram tantas que se chegou a sugerir uma liderança ideologicamente tripartida, composta por Nascimento Rodrigues, à esquerda, Eurico de Melo, à direita, e Mota Pinto, ao centro (Frain, 1997).

A liderança viria a ser assumida por Mota Pinto, mas que acabaria por se demitir, em 1984, devido ao criticismo interno. Neste momento, a configuração do facciosismo no PSD baseava-se no apoio ao bloco central e à liderança de Mota Pinto, opondo, por um lado, o *grupo de Coimbra*, onde se inseria o líder, e, por outro, o grupo *Nova Esperança*, que funcionava não como uma facção organizada, mas sim como uma espécie de “governo-sombra” (Lisi, 2011). Havia ainda uma oposição localizada mais à esquerda, personalizada por João Salgueiro.

O congresso de 1985 elegeu Cavaco Silva como líder e vem confirmar a vitória da linha mais liberal e pragmática sobre uma linha mais social-democrata (Lisi, 2011), representada por

Salgueiro. O sucesso eleitoral que o PSD conheceu durante a liderança de Cavaco serviu para refrear as divisões internas (Frain, 1997; Lisi, 2011).

A saída de Cavaco, em 1995, deu origem a um embate pela sucessão entre Fernando Nogueira, da ala social-democrata, e Durão Barroso, da linha liberal, com a vitória do primeiro. No entanto, derrotas sucessivas nas eleições legislativas e presidenciais levaram à sua demissão, abrindo ainda mais espaço para a luta entre facções. No congresso de Março de 1996, Marcelo Rebelo de Sousa é eleito líder, contudo este período foi marcado por um facciosismo “competitivo” (Lisi, 2011: 140) em torno da relação com o CDS. Apesar da derrota nas eleições de 1999, Durão Barroso consegue manter-se na liderança do partido e levá-lo de volta ao governo, na sequência das legislativas de 2002. Contudo, a substituição de Durão Barroso por Santana Lopes – que já concorrera à liderança anteriormente – como primeiro-ministro e líder do partido fez ecoar vozes discordantes dentro do PSD, num processo descrito como um exemplo de facciosismo personalizado (Jalali, 2007: 145).

Na oposição a partir de 2005, o PSD assistiu a um desfile incessante de novos líderes num curto espaço de tempo, reflexo do aumento das lutas internas. O período de oposição que ficou marcado por lideranças muito curtas, que invariavelmente soçobraram devido às divisões internas altamente personalizadas, ao contrário do que sucedia nos primeiros anos do regime, em que o factor personalístico já se verificava, mas era acompanhado por alguma divergência de natureza ideológica.

PS (Partido Socialista)

Os padrões do facciosismo dentro do PS serão, nos seus primeiros anos, reflexo das tomadas de posição do seu primeiro líder, Mário Soares. Logo no primeiro congresso, em Dezembro de 1974, Soares foi desafiado por Manuel Serra, que questionava a direcção quanto ao verdadeiro carácter revolucionário do PS (Sablosky, 1997). A vitória de Soares sobre Serra – que, depois de abandonar o PS, iria fundar a Frente Socialista Popular – serviu de pretexto para a introdução da proibição estatutária de correntes internas (Corkill, 1995).

Até ao início dos anos 1980, o PS seria confrontado com mais três grandes manifestações de facciosismo. Em 1977, um grupo de militantes sindicalistas, liderado por Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, apresentou uma lista para a Comissão Nacional, acusando o PS de traição à classe trabalhadora. Depois da derrota, os militantes foram expulsos do partido sob acusações de “trotskismo” (Corkill, 1995; Sablosky, 1997) e acabaram por fundar um novo partido, o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS). Ainda no mesmo ano, o antigo ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, também abandonou o partido, criticando

o incumprimento pelo PS do programa da Reforma Agrária. Também ele seria fundador de um novo partido, a União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS). No ano seguinte, os antigos ministros Medeiros Ferreira e António Barreto, do grupo dos *sociais-democratas* (Corkill, 1995), abandonaram o PS, com críticas ao estilo “despótico” de Mário Soares. Finalmente, a entrada de um grupo de intelectuais de esquerda, conhecidos como o *Grupo de Intervenção Socialista* (GIS), entre os quais se contava Jorge Sampaio, veio gerar tensões geracionais (Corkill 1995) entre estes e os *históricos*, o grupo pré-1974, que incluía Tito de Morais, Manuel Alegre e Jaime Gama. Os militantes mais novos, também apelidados de *tecnocratas*, defendiam a social-democracia, tendo em vista a conquista de um eleitorado de centro (Corkil, 1995).

Depois da saída de Soares, em 1985, é Vítor Constâncio que assume a liderança do PS, o que assinalou uma vitória dos *tecnocratas* (Sablosky, 1997). Os contornos das divisões internas no PS assumem um carácter mais personalizado, após a saída de Mário Soares, “dependendo principalmente das posições de poder e das relações de lealdade que estabeleceram dentro da coligação dominante” (Lisi, 2011: 137), e não tanto de dissonâncias ideológicas. Esta mudança de paradigma fica muito a dever-se à progressiva desideologização que ocorre no PS, sobretudo a partir da nova declaração de princípios de 1986 (Lisi, 2011).

Agora na oposição, o facciosismo no PS girava em torno de três correntes personalísticas, alinhadas com aqueles que seriam os sucessores de Soares na liderança do partido: Constâncio, Sampaio e António Guterres. Depois da curta liderança de Constâncio, é entre os outros dois, ambos membros do *ex-secretariado*¹⁵, que se desenvolvem os conflitos internos. No congresso de Fevereiro de 1992, Guterres desafia o líder Sampaio – na altura presidente da Câmara de Lisboa – e vence-o, trazendo consigo uma nova geração para os principais órgãos do partido, composta por várias personalidades cuja carreira já se havia iniciado na Juventude Socialista.

É possível distinguir, “a partir de 1990, [divisões] entre candidatos mais moderados e pragmáticos, por um lado, e mais radicais e ‘progressistas’, por outro” (Lisi, 2011: 137), dos quais são exemplo as corridas de 1992, entre Sampaio e Guterres, e as de 2004, em que Sócrates venceu Manuel Alegre. Outro traço relevante é a considerável diminuição dos níveis de facciosismo enquanto o PS está no governo, comparativamente com os períodos na oposição. No período em que esteve na oposição, entre 2001 e 2004, verifica-se, com efeito, a emergência do grupo *Margem Esquerda*, que viria a dar origem à *Corrente de Opinião da Esquerda Socialista* (COES), cujo líder Fonseca Ferreira chegaria mesmo a disputar as eleições directas de

¹⁵ Facção que enfrentou Soares no início dos anos 1980, tendo inclusivamente feito o líder histórico abandonar a direcção temporariamente.

2011 (Lisi, 2011), sem grande sucesso, apesar de ter conseguido eleger alguns representantes para os órgãos nacionais do partido. Os últimos anos viram igualmente a consolidação de uma oposição interna, denominada *Opinião Socialista*, centrada na figura de Manuel Alegre – decorrente da sua candidatura à presidência da República contra Mário Soares, em 2006 – que abrange as franjas mais à esquerda do PS.

CDS-PP (Centro Democrático e Social-Partido Popular)

Nos primeiros anos de existência, ainda como CDS apenas, o facciosismo está intimamente ligado às personalidades dos três primeiros líderes e aos seus seguidores. Os *adrianistas*, ligados a Adriano Moreira, era a facção mais à direita, muito ancorada na ética e moral católica; os *freitistas*, associados a Freitas do Amaral, tinham uma orientação de cariz mais pragmático, rejeitando tanto o conservadorismo como o liberalismo do partido; finalmente, os *piristas*, do grupo de Pires de Lima, assumiam uma posição intermédia, mais moderada, que teve como base o grupo “Novo Impulso”, liderado por Gomes de Pinho.

No início dos anos 1990, com Manuel Monteiro, a matriz católica é abandonada por completo e o facciosismo assume tendências ainda mais personalizadas e não tanto ideológicas. As divisões neste campo delineavam-se entre os apoiantes de uma linha centrista e os que defendiam um liberalismo sobretudo inspirado pelos líderes dos partidos conservadores europeus. O recém-baptizado PP (Partido Popular) assume, com Monteiro, um eurocepticismo surpreendente para um partido sempre considerado europeísta (Jalali, 2007: 131). Em 1998, Manuel Monteiro abandona o partido em colisão com Paulo Portas, levando uma parte do seu *inner-circle*, que acabaria por formar o Partido da Nova Democracia, com o objectivo de ocupar o centro do espectro político. Contudo, antes da cisão ainda subsiste uma facção afecta a Monteiro, que só abandona o partido em definitivo após o congresso de 2002.

A liderança de Paulo Portas foi cimentada durante o período em que o partido esteve no poder, em coligação com o PSD (2002-2004), mas, com a passagem para a oposição, as críticas internas regressaram. Em 2007, os estatutos do CDS abrem a possibilidade de se formarem correntes de opinião, tendo sido constituído o *Movimento Alternativo e Responsabilidade*, cujos objectivos são mais de ordem organizacional (redução da personalização do partido) do que ideológica.

PCP (Partido Comunista Português)

Os estatutos do PCP proíbem qualquer tipo de actividade facciosa, pelo que será expectável uma grande estabilidade da coligação dominante. De resto, apenas se registaram dois episódios de ameaças ao círculo dirigente, que terminaram invariavelmente em purgas partidárias.

Após o mau resultado nas eleições de 1987, começa a formar-se uma oposição à coligação dominante, formada pelo *grupo dos seis*, pelo grupo da *terceira via* e pela militante Zita Seabra (Bosco, 2000). A falta de organização destas tendências e a sua dispersão facilitaram a gestão por parte da coligação dominante, que acabou por conseguir expulsar os opositores.

Com a subida de Carlos Carvalhas à liderança, em 1992, abriu-se uma janela de oportunidade para que emergisse uma nova oposição interna. O grupo que apoiou o *Novo Impulso* tinha uma perspectiva mais pragmática e procurava uma maior abertura a entendimentos com as outras formações da esquerda (Lisi, 2011: 144). Mais uma vez, a direcção foi expulsando os principais dissidentes, primeiro afastando-os dos cargos dirigentes e depois afastando-os mesmo do partido, o que aconteceu no XVII Congresso, em 2004 (Lisi, 2011).

Anexo B – Bases de dados para análise quantitativa (variação ideológica, tempo da nova liderança, número efectivo de facções e tipo de partido)

Quadro B.I.1. – Portugal

1976	PCP	13,90501	0	1	Massas
1979	PCP	2,849462	0	1	Massas
1980	PCP	-3,21881	0	1	Massas
1983	PCP	0,610026	0	1	Massas
1985	PCP	-3,38655	0	1	Massas
1987	PCP	2,405766	0	1	Massas
1991	PCP	12,57834	0	1	Massas
1995	PCP	-1,51137	34	1	Massas
1999	PCP	-1,91462	0	1	Massas
2002	PCP	-4,50489	0	1	Massas
2005	PCP	1,147848	3	1	Massas
2009	PCP	-2,93466	0	1	Massas
1976	PS	19,93188	0	1,07	Catch-All
1979	PS	11,56617	0	1,1	Catch-All
1980	PS	-1,51919	0	1,1	Catch-All
1983	PS	-1,15825	0	1,1	Catch-All

O Impacto da Mudança de Líder e da Coligação Dominante sobre a Orientação Ideológica dos Partidos Políticos

1985	PS	8,6949	4	1,31	Catch-All
1987	PS	-1,59413	12	1,51	Catch-All
1991	PS	-3,16809	34	1,2	Catch-All
1995	PS	-0,52791	43	1,08	Catch-All
1999	PS	0,616621	0	1,07	Catch-All
2002	PS	0,526222	2	1,12	Catch-All
2005	PS	1,01982	5	1,5	Catch-All
2009	PS	-3,38906	0	1,08	Catch-All
1976	PSD	0,554433	0	1,11	Catch-All
1979	PSD	18,00669	0	1	Catch-All
1980	PSD	-0,6468	0	1	Catch-All
1983	PSD	-4,95756	2	1,06	Catch-All
1985	PSD	3,30186	5	2	Catch-All
1987	PSD	-3,79033	0	1,46	Catch-All
1991	PSD	3,066179	0	1	Catch-All
1995	PSD	1,028239	6	2	Catch-All
1999	PSD	0,239206	43	2,02	Catch-All
2002	PSD	-1,56358	37	2,55	Catch-All
2005	PSD	0,103043	4	1,35	Catch-All
2009	PSD	-1,57177	16	3,05	Catch-All
1976	CDS	-6,66708	0	1	Catch-All
1979	CDS	7,473035	0	1	Catch-All
1980	CDS	-0,6468	0	1	Catch-All
1983	CDS	-5,45994	2	1,95	Catch-All
1985	CDS	11,38837	0	1	Catch-All
1987	CDS	4,064838	15	1,99	Catch-All
1991	CDS	-12,6604	44	2,28	Catch-All
1995	CDS	-0,37413	43	1,02	Catch-All
1999	CDS	3,39611	19	1,38	Catch-All
2002	CDS	-2,18611	0	1,72	Catch-All
2005	CDS	1,874726	0	1,08	Catch-All
2009	CDS	-1,76648	29	1,1	Catch-All

Quadro B.I.2. – Espanha

1979	PSOE	1,930869	0	1	Catch All
1982	PSOE	1,580959	0	1	Catch All
1986	PSOE	2,428651	0	1,08	Catch All
1989	PSOE	0,298103	0	1	Catch All
1993	PSOE	-1,64209	0	1	Catch All
1996	PSOE	3,379484	0	1,25	Catch All
2000	PSOE	-5,3417	33	1,88	Catch All
2004	PSOE	1,123928	45	2,8	Catch All
2008	PSOE	-0,43416	0	1,09	Catch All
1979	PP	0,00E+00	0	99	Catch All

O Impacto da Mudança de Líder e da Coligação Dominante sobre a Orientação Ideológica dos Partidos Políticos

1982	PP	-4,23428	0	1	Catch All
1986	PP	-1,71877	0	1	Catch All
1989	PP	-2,57478	1	1,36	Catch All
1993	PP	-1,28869	0	1,03	Catch All
1996	PP	2,532989	0	1,01	Catch All
2000	PP	-1,57862	0	1,02	Catch All
2004	PP	0,059414	7	1,01	Catch All
2008	PP	-2,90346	0	1,05	Catch All
1979	IU	1,59701	0	99	Massas
1982	IU	-1,84106	0	99	Massas
1986	IU	-0,77775	0	99	Massas
1989	IU	1,81294	0	1	Massas
1993	IU	-4,37045	43	1,93	Massas
1996	IU	-1,18461	0	1,62	Massas
2000	IU	-2,52238	2	1,76	Massas
2004	IU	9,936473	53	1,63	Massas
2008	IU	-2,43166	0	2,47	Massas

Quadro B.I.3. – Alemanha

1980	Grunen	99	99	99	Massas
1983	Grunen	99	99	99	Massas
1987	Grunen	-4,13371	0	99	Massas
1990	Grunen	-2,9194	0	99	Massas
1994	Grunen	-4,29839	0	99	Massas
1998	Grunen	6,11946	47	99	Massas
2002	Grunen	0,6197	0	99	Massas
2005	Grunen	0,84606	0	99	Massas
2009	Grunen	-0,11814	39	99	Massas
		-			
1980	SPD	1,28E+00	0	1,23	Catch All
1983	SPD	3,57842	0	1,21	Catch All
1987	SPD	-1,77192	0	1,18	Catch All
1990	SPD	-9,04425	42	1,02	Catch All
1994	SPD	4,62304	17	1,43	Catch All
1998	SPD	8,60746	33	1,15	Catch All
2002	SPD	0,76393	42	1,27	Catch All
2005	SPD	-4,48041	18	1,02	Catch All
2009	SPD	-5,22792	11	1,39	Catch All
1980	FDP	1,93291	0	1,3	Catch All
1983	FDP	4,57453	0	2,03	Catch All
1987	FDP	-1,64779	23	1,36	Catch All
1990	FDP	4,20349	26	1,39	Catch All
1994	FDP	1,31102	16	1,29	Catch All
1998	FDP	5,46614	39	1,32	Catch All

2002	FDP	-2,08771	16	1,27	Catch All
2005	FDP	1,33351	0	1,56	Catch All
2009	FDP	-2,58313	0	1,09	Catch All
1980	CDU	5,41043	0	1,28	Catch All
1983	CDU	7,78933	0	1,06	Catch All
1987	CDU	-11,4232	0	1,14	Catch All
1990	CDU	-0,37321	0	1,03	Catch All
1994	CDU	5,38957	0	1,19	Catch All
1998	CDU	11,1025	0	1,1	Catch All
2002	CDU	-5,42867	29	1,1	Catch All
2005	CDU	0,4419	0	1,28	Catch All
2009	CDU	-6,85774	0	1,11	Catch All

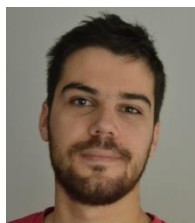
Quadro B.I.4. – Reino Unido

1983	Labour	-1,25295	31	3,21	
1987	Labour	10,03499	44	1,82	
1992	Labour	-0,73891	0	1,25	
1997	Labour	7,16896	34	2,39	
2001	Labour	-0,46371	0	2,39	
2005	Labour	-0,30403	0	2,39	
2010	Labour	1,6825	35	1	
1983	Conservadores	-0,83564	0	2,43	
1987	Conservadores	-0,10563	0	2,43	
		-1,17E-			
1992	Conservadores	01	17	2,14	
1997	Conservadores	-6,47804	0	1,93	
2001	Conservadores	-3,81624	48	4,54	
2005	Conservadores	5,22351	18	1	
2010	Conservadores	-1,42812	41	3,85	
1983	LibDem	0,72719	0	1,85	
1987	LibDem	1,22033	0	1,85	
1992	LibDem	-2,45167	45	1,68	
1997	LibDem	6,45149	0	1,68	
2001	LibDem	-4,96914	22	3,14	
2005	LibDem	-0,11398	0	3,14	
2010	LibDem	1,64461	29	2	

Fontes: Base de dados de Jahn (<http://pip.uni-greifswald.de/>); Páginas da Internet dos partidos e Wikipedia; Pillet e Cross (2013).

CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL



João André De Almeida Ruela Ribeiro

📍 Rua Passos Manuel, n° 78 2° Esquerdo, 1150-260 Lisboa (Portugal)

☎ 91 656 95 17

✉ joaoarribeiro@gmail.com

Sexo Masculino | Data de nascimento 20/08/1988 | Nacionalidade Portuguesa

EMPREGO PRETENDIDO

Jornalismo, Comunicação, Ciência Política

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Janeiro 2009 – Julho 2009

Editor-Executivo Multimédia

A CABRA - Jornal Universitário de Coimbra

www.acabra.net

Coordenação do site acabra.net

Redacção de artigos, reportagens e entrevistas

Setembro 2009 – Julho 2010

Director

A CABRA - Jornal Universitário de Coimbra

Coordenação da redacção do jornal quinzenal A CABRA (tiragem de 4 mil exemplares)

20 de Fevereiro 2012 – 20 de Maio
2012

Jornalista

Dinheiro Vivo

www.dinheirovivo.pt

Redacção de artigos jornalísticos para o site dinheirovivo.pt e para os jornais Diário de Notícias e Jornal de Notícias

01 de Outubro 2013 – Presente

Jornalista

Público, Lisboa (Portugal)

Estágio curricular na secção de Mundo

Redacção de conteúdos noticiosos para o jornal diário Público e para o site publico.pt

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Setembro 2003 – Julho 2006

Ensino Secundário

Escola Secundária de Estarreja, Estarreja (Portugal)

Agrupamento Científico-Natural

Outubro 2006 – Julho 2008

Frequência da Licenciatura em Direito

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra,

- Setembro 2008 – Julho 2011 **Licenciatura em Jornalismo**
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
Jornalismo de Imprensa
Princípios e Práticas de Jornalismo Televisivo
Princípios e Práticas de Jornalismo Radiofónico
Jornalismo Multimédia
- 20 de Setembro 2011 – Presente **Mestrado em Ciência Política (a frequentar)**
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa,
Representação e Partidos Políticos
Economia e Políticas Públicas
Direito e Cidadania
Comunicação Política
- 30 de Janeiro 2012 – 28 de Fevereiro 2012 **Atelier Jornalismo Digital**
CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas,
Tratamento de imagem para a Web
Tratamento de som para a Web
Tratamento de vídeo para a Web
- Novembro 2012 – Julho 2013 **Seminário de Estudos Europeus**
Gabinete do Parlamento Europeu, Lisboa (Portugal)
Fundamentos da União Europeia
Cidadania europeia, o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, a Política Externa e a Política de Defesa Europeias
A UE e as grandes questões mundiais (crise financeira)

Atelier no CENJOR (execução da "Gazeta da Europa")
- 01 de Julho 2013 – 09 de Julho 2013 **Análise de dados em SPSS I - Preparação e tratamento de dados**
Escola de Verão FCSH-UNL, Lisboa (Portugal)
- Apresentação do programa: o ambiente SPSS e os vários tipos de “janelas”
 - Construção de bases de dados em SPSS
 - Preparação e introdução dos dados
 - Operações de recodificação das variáveis
 - Construção de novas variáveis e índices
 - Selecção de casos
 - Tratamento dos dados: estatística univariada (cálculo de frequências, representação gráfica, estatísticas descritivas)
 - Interpretação dos dados
- 15 de Julho 2013 – 23 de Julho 2013 **Análise de dados em SPSS II - Tratamento bivariado de dados**
Escola de Verão FCSH-UNL, Lisboa (Portugal)

- Estatística descritiva e estatística inferencial
- Cálculo e interpretação de tabelas de contingência: valor observado; valor esperado, % em linha; % em coluna; % marginais; leitura dos valores; resíduo estandardizado e ajustado)
- Medidas de associação e correlação (*PhiV de Cramer, Ró de Spearman e R de Pearson*)
- Testes paramétricos e não paramétricos

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Outras línguas	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	C1	C1	C1	C1	C1
Espanhol	C1	C1	B2	B2	B1
francês	B2	B2	B1	B1	B1

Níveis: A1/A2: Utilizador básico - B1/B2: utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Competências de comunicação	Boa capacidade de comunicação Adaptabilidade a diferentes meios Facilidade em resolver conflitos
Competências de organização	Experiência em projectos de solidariedade em ambientes urbanos e rurais Boa capacidade de liderança e de organização de reuniões profissionais Competências na organização e promoção de eventos
Competências informáticas	Conhecimentos razoáveis de Photoshop CS, Adobe Premiere Elements, Microsoft Office, Wix, SoundForge, Adobe Audition e SPSS Conhecimento básico de QuarkXPress
Carta de Condução	B, B1

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Participação no programa de mobilidade ERASMUS entre Setembro de 2010 e Fevereiro de 2011 na Universidade de Ljubljana;
 Colaboração pontual com publicações de âmbito diverso (Revista Via Latina; Rua Larga; Rua de Baixo)